

MINISTÉRIO DA
FAZENDA

ANEXO I do Edital do Pregão (Eletrônico) SRRF10 nº 90014/2024

TERMO DE REFERÊNCIA – SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA - LICITAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 10ª REGIÃO FISCAL – SRRF10
(Processo Administrativo nº 11000.745640 /2024-44)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de seguro total para 193 (cento e noventa e três) veículos oficiais pertencentes à frota da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal – SRRF10 e das unidades administrativas da Secretaria da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal, no Estado do Rio Grande do Sul, relacionados no Apêndice II deste Termo de Referência, pelo prazo de 1 (um) ano, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, especialmente no Apêndice I.

ITEM	Descrição	Código do item no Catálogo de Serviço (CATSERV) do Sistema de Serviços Gerais (SISG)	Valor máximo estimado (R\$)
1	Serviço de seguro total para 193 (cento e noventa e três) veículos oficiais pertencentes à frota da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal – SRRF10 e das unidades administrativas da Secretaria da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal, no Estado do Rio Grande do Sul, relacionados no Apêndice II deste Termo de Referência, pelo prazo de 1 (um) ano.	22764	393.488,40

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano com início na data de 18 de outubro de 2024 e encerramento em 17 de outubro de 2025, - ou - com início na data de sua assinatura, se esta for posterior, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1. O seguro terá sua vigência por 1 (um) ano, com início a partir das 24 (vinte e quatro) horas do dia 17 de outubro de 2024 e encerramento às 24 (vinte e quatro) horas do dia 17 de outubro de 2025, - ou - a partir das 24 (vinte e quatro) horas do dia da celebração do contrato, se esta for posterior àquela, independentemente da conclusão da emissão da apólice pela Seguradora, ocasião em que prevalecerão as condições dos veículos apuradas pela Contratada, independente ou não da realização da vistoria prévia facultativa.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

- I. ID PCA no PNCP: 00394460000141-0-000039/2024
- II. Data de publicação no PNCP: 20/05/2023
- III. Id do item no PCA: 4
- IV. Classe/Grupo: 711 - SERVIÇOS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA, EXCETO SERVIÇO BANCÁRIO DE INVESTIMENTO, SERVIÇOS DE SEGUROS E DE PENSÕES
- V. Identificador da Futura Contratação: 170177-90080/2023

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Para a presente contratação, constará no Instrumento de Contrato a seguinte obrigação da contratada:

“- Adotar as práticas de sustentabilidade previstas no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, no que couber;

- Preferencialmente, credenciar oficinas e centros automotivos que:

- Adotem práticas de desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização na execução do objeto contratado;*

- Observem as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos sólidos estabelecidos na Lei n.º 12.305/10 - Política Nacional de Resíduos Sólidos - e na Resolução n.º 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA;*

- Adotem prática de descarte correto do óleo contaminado utilizado em seu negócio, combustíveis e descarte de embalagens de óleos lubrificantes pós-consumo, e demais assuntos relacionados ao objeto da contratação, conforme Resolução n.º 362, de 23/06/2005 do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA;*

- Deem preferência ao uso de equipamentos, ferramentas e peças novas que estejam adequadas às necessidades do mercado e à sustentabilidade;*

- Tenham contenções preparadas para o caso de vazamento de óleo ou qualquer outro líquido perigoso, bem como utilizem-se de outras alternativas visando à busca por práticas sustentáveis;*

- Utilizem materiais e peças que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifênil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).”*

Subcontratação

4.2. É admitida a subcontratação parcial do objeto, para aquelas atividades em que são comuns no mercado a subcontratação, tais como serviços de reparos/consertos em oficinas mecânicas, realização de vistorias, serviços de reboque, chaveiro etc.

4.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.5. A avaliação prévia da frota de veículos da 10ª Região Fiscal é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09h às 11h30min e das 14h às 17h, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelos telefones constantes no Apêndice III deste TR ou e-mail licitaçõessrrf10.rs@rfb.gov.br. As Unidades da RFB onde cada veículo se encontra constam na relação de veículos constante no Apêndice II deste Termo de Referência, e os endereços de cada Unidade estão indicados no Apêndice III também deste Termo de Referência

4.6. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.7. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.8. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico/representante do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme modelo que será Anexo do Edital.

4.9. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**Condições de execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: o seguro terá sua vigência por 1 (um) ano, com início a partir das 24 (vinte e quatro) horas do dia 17 de outubro de 2024, **- ou - a partir das 24 (vinte e quatro) horas do dia da celebração do contrato**, se este for posterior àquele, independentemente da conclusão da emissão da apólice pela Seguradora, ocasião em que prevalecerão as condições dos veículos apuradas pela Contratada, independentemente ou não da realização da vistoria prévia facultativa.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados, nos locais e horários dispostos no Apêndice I deste Termo de Referência.

Rotinas a serem cumpridas

5.3. A dinâmica para a execução do objeto está prevista no Apêndice I deste Termo de Referência, não havendo necessidade de previsão de características especiais/adicionais neste item do documento.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.4. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.4.1. As informações relevantes para o dimensionamento da proposta constam no Apêndice I - Descrição detalhada do serviço, no Apêndice II - Relação de veículos a serem segurados e no Apêndice III - Relação das Unidades Administrativas da 10ª Região Fiscal, deste Termo de Referência.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.5. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica/Setorial

6.9. O fiscal técnico/setorial do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.10. O fiscal técnico/setorial do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.11. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico/setorial do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.12. O fiscal técnico/setorial do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico/setorial do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.14. O fiscal técnico/setorial do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.17. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.17.1. Tomar conhecimento na íntegra do Edital, bem como do contrato decorrente.

6.17.2. Atestar a execução dos serviços.

6.17.3. Orientar os condutores dos veículos de sua unidade de que dispõem de permissão para acionar o serviço de assistência 24 horas da seguradora, divulgando o número do telefone da seguradora para tal.

6.17.4. Registrar, em caso de sinistro, a ocorrência junto à seguradora, por telefone, anotando o número do protocolo.

6.17.5. Orientar os condutores de veículos de sua unidade de que, em caso de sinistro, devem solicitar a presença da autoridade de trânsito, se for possível, bem como, se possível, registrar o acidente por meio de fotos, anotando, se houver, o nome, endereço e telefone de testemunhas. O condutor deverá ser orientado quanto à obrigatoriedade de registrar a ocorrência junto à autoridade policial, com a expedição do Boletim de Ocorrência, documento indispensável para acionamento do seguro.

6.17.6. Certificar-se, em caso de sinistro e que haja necessidade de acionar a seguradora contratada, de que todos os documentos necessários para tal estão disponíveis, tais como: Boletim de Ocorrência Policial, cópia do documento do veículo de porte obrigatório (CRLV) e cópia da carteira de habilitação do condutor no momento do sinistro (CNH), número da apólice ou CNPJ da SRRF10 (00.394.460/0147-97), além de outros eventualmente disponíveis. Acionar o seguro, enviando, preferencialmente por "e-mail", os documentos necessários escaneados para o corretor do seguro e para o gestor do contrato.

6.17.7. Agendar, em caso de sinistro, vistoria junto à seguradora, acompanhar o conserto e a liberação do veículo. No ato da liberação do veículo consertado, solicitar à oficina credenciada cópia da nota fiscal/ordem de serviço do referido conserto e enviar para o gestor do contrato, junto ao Termo Detalhado, para fins de comprovação para o pagamento da franquia.

6.17.8. Gestionar junto à autoridade competente para a instauração de sindicância ou Termo Circunstanciado Administrativo. Após finalização do procedimento, enviar cópia ao gestor do contrato, para fins de comprovação para o pagamento da franquia.

6.17.9. As atribuições anteriores não excluem a obrigatoriedade de cumprimento de outras recomendações administrativas em caso de sinistro.

Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico/setorial e administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Do recebimento

7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **5 (cinco) dias** da apresentação da apólice contendo todos os veículos relacionados no Apêndice II deste Termo de Referência, pelo fiscal administrativo, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, VII, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.1.1. O prazo máximo admitido para a entrega da apólice será de 30 (trinta) dias a contar da data da celebração do contrato.

7.2. No caso de ocorrência de sinistro, os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnicos/setoriais e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4. Os fiscais técnicos/setoriais do contrato realizarão o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.6. Para efeito de recebimento provisório, os fiscais técnicos /setoriais do contrato deverão apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.6.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega da apólice contendo todos os veículos relacionados no Apêndice II deste Termo de Referência.

7.6.2. No caso de ocorrência de sinistro, será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.6.3. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.6.4. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021)

7.6.5. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.6.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.7. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.8. Os serviços serão **recebidos definitivamente no prazo de 5 dias úteis**, contados do recebimento provisório, **após a verificação da conformidade da apólice, contendo todos os veículos relacionados no Apêndice II deste Termo de Referência, com as exigências do Edital e seus Anexos**, ou após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação, pelo gestor do contrato, mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.8.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnicos/setoriais e administrativo no cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022);

7.8.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

7.8.3. Realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas. (Art 21, III, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8.3.1 Na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, poderão ser consultados os sítios eletrônicos oficiais para verificação da documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.8.3.2 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.8.3.3 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.8.3.4 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.8.3.5 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.8.4. Realizar consulta ao CEIS, ao Cadastro de Inidôneos e ao CNEP para identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público.

7.8.4.1 A consulta poderá ser realizada através da consulta consolidada de pessoa jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

7.8.5. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.8.6. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente (boleto ou depósito bancário), com o valor exato dimensionado pelo gestor do contrato;

7.8.7. Enviar a documentação pertinente ao setor financeiro para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente (boleto ou depósito bancário) no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.10. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.12. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente (boleto ou depósito bancário), correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma dos itens constantes desta seção de Liquidação, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, § 2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.13. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.14. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.14.1. o prazo de validade;

7.14.2. a data da emissão;

7.14.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.14.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.14.5. o valor a pagar; e

7.14.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.15. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura/documento de cobrança equivalente (boleto ou depósito bancário), ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, este ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante;

7.16. A Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente (boleto ou depósito bancário) deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização a liquidação da despesa, conforme a seção de Liquidação anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.18. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), **pro rata die**, de correção monetária.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando for o caso, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.23. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.23.1. As cessões de crédito não fiduciárias não serão permitidas.

7.24. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.25. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte da Contratada (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.26. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratada) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (IN SG/SED nº 53, de 2020 e Anexos).

7.27. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade da Contratada.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

8.2. O regime de execução do contrato será de empreitada por preço global.

8.2.1. Será adotado o regime de execução de empreitada por preço global, em razão de que, para o serviço de seguro, não há possibilidade de mensuração dos serviços prestados por unidade de medida, sendo que para o caso concreto, a liquidação de despesas é realizada em parcela única e envolve a prestação do serviço como um todo, ou seja, a cobertura de seguro, pelo período de 12 (doze) meses, para todos os veículos relacionados neste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá a licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual, quando for o caso:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual – MEI, quando for o caso:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/em;preendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou

contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12. Prova de **inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas**, conforme o caso;

8.13. Prova de **regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14. Prova de **regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**;

8.15. Prova de **inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.16. Prova de **inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de **regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual, quando for o caso, que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.20. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

- 8.21. **certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 8.22. **balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício** e demais demonstrações contábeis **dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, comprovando;
- 8.22.1. **índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);**
- 8.22.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 8.22.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 8.22.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 8.23. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação **patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.**
- 8.24. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, § 1º).
- 8.25. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

- 8.26. **Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições da frota de veículos da 10ª Região Fiscal** para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme modelo Anexo ao Edital;
- 8.26.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico/representante do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 8.27. **Prova de regularidade junto à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP**, representada pela **Certidão de Licenciamento**, ou documento equivalente, na forma da lei, dentro do prazo de validade, em conformidade com as normas da SUSEP.
- 8.28. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de **certidões ou atestados**, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 8.28.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- 8.28.1.1 Comprovação de execução de **serviço de seguro de veículos** de no mínimo: a) 30% (trinta por cento) do somatório de todos os tipos de veículos relacionados no Apêndice II deste Termo de Referência, ou seja, **57 (cinquenta e sete) veículos**, ou, alternativamente, b) 30% do valor estimado da contratação, ou seja, **R\$ 118.046,52 (cento e dezoito mil e quarenta e seis reais e cinquenta e dois centavos)**, conforme modelo Anexo ao Edital.

8.28.1.2 O modelo de Atestado em anexo ao Edital é meramente exemplificativo, podendo, cada licitante, elaborar seu próprio Atestado, desde que dele conste os dados considerados essenciais para sua validade, especialmente de que o serviço se refere seguro de veículos, bem como a quantidade de veículos ou o valor da contratação.

8.28.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante.

8.28.3. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.28.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

8.29. A exigência de comprovação de experiência anterior da licitante é imprescindível e pertinente para a segurança da contratação, em razão de que não é plausível, lógico e razoável a permissão no edital de licitação de participação de empresas que não apresentem o mínimo de experiência na execução dos serviços objeto da licitação, ou seja, serviços de gerenciamento, administração e controle de abastecimento, com fornecimento de combustíveis, para a frota da RFB da 10ª Região Fiscal. Entende-se que a fixação da comprovação de quantidade no percentual adotado está em compatibilidade com o disposto no art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021, e ainda com o princípio da razoabilidade, pois, como as licitantes podem apresentar tantos atestados quantos queiram, é lícito supor que a licitante que não conseguir demonstrar que teve experiência acumulada ao longo do tempo ou está tendo experiência na quantidade fixada não oferece segurança à Administração para contratação e, portanto, não deve participar da licitação. Entende-se, dessa forma, que a exigência de capacitação técnica na quantidade estabelecida não restringe o caráter competitivo da licitação.

8.30. Quanto à exigência de comprovação de capacitação técnica, percebe-se claramente a convergência dos entendimentos da doutrina e jurisprudência pátria no sentido de se considerar perfeitamente legítima a inserção de exigência, nos editais de licitações públicas, como requisito prévio à habilitação, de comprovação de capacidade técnica dos interessados em contratar com a Administração, sendo amplamente majoritária a concepção, segundo Marçal Justen Filho, de que a comprovação dessa qualificação técnica deve abranger tanto o aspecto operacional como o profissional.

8.31. O Tribunal de Contas da União já expressou o entendimento da legitimidade de exigência de comprovação de capacidade técnica-operacional em diversas Decisões/Acórdãos como, exemplificativamente: Decisão 432/96-Plenário; Decisão 217/97-Plenário; Decisão 767/98- Plenário; Decisão 285/2000-Plenário; Decisão 467/20000-Plenário; Decisão 411/2001- Plenário; Decisão 1.069/2001-Plenário; Decisão 1.288/2002-Plenário; Decisão 1.618/2002-Plenário; Acórdão 1.917/2003-Plenário; Acórdão 32/2003-1ª Câmara; Acórdão 1.351/2003-1ª Câmara e Acórdão 649/2006-2ª Câmara, Acórdão 8.364/2012-2ª Câmara e Acórdão 397/2013-Plenário.

8.32. No âmbito do Poder Judiciário, o Superior Tribunal de Justiça também já firmou entendimento no mesmo sentido como, exemplificativamente:

Resp 172.232-SP 1ª T, Rel. Min. José Delgado, in DJU de 21.09.1998;

REsp 155.861-SP 1ª T, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, in DJU de 08.03.1999;

REsp 144.750-SP 1ª T, Rel. Min. Francisco Falcão, in DJU de 25.09.2000;

Resp 331.215-SP 1ª T, Min. Rel. Luiz Fux, in DJU de 27.05.2002;

ROrd em MS 13.607-RJ 1ª T, Rel. Min. José Delgado, in DJU de 10.06.2002;

REsp 268.000-AC 1ª T, Rel. Min. Milton Luiz Pereira, in DJU de 07.10.2002;

Resp 172.199-SP 2ª T, Rel. Min. Eliana Calmon, in DJU de 13.08.2001;

Resp 295.806-SP 2ª T, Rel. Min. João Otávio de Noronha, in DJU de 06.03.2006; e

ROrd em MS 24.665-RS 2ª T, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, in DJU de 08.09.2009.

8.33. Quanto ao limite máximo percentual admitido para exigência da capacidade técnico-operacional, o Tribunal de Contas da União firmou entendimento de que é de 50% (cinquenta por cento), como, exemplificativamente, nos seguintes Acórdãos do Plenário: 3105/2010; 813/2010; 2099/2009; 2147/2009; 1949/2008; 2656/2007; 608/2008 e 2215/2008.

8.34. A Súmula TCU nº 263, dispõe que:

Para comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação de execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e complexidade do objeto a ser executado. (grifo nosso)

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 393.488,40 (trezentos e noventa e três mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos)**, conforme tabela abaixo:

9.2. O preço de referência foi definido e documentado com base em pesquisa de preços realizada nos termos da IN Seges nº 65/2021, conforme documentação contida neste processo (documentos nos 5 a 10):

ITEM	Descrição	Valor máximo estimado (R\$)
1	Serviço de seguro total para 193 (cento e noventa e três) veículos oficiais pertencentes à frota da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal – SRRF10 e das unidades administrativas da Secretaria da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal, no Estado do Rio Grande do Sul, relacionados no Apêndice II deste Termo de Referência, pelo prazo de 1 (um) ano.	393.488,40

9.3. **O valor máximo admitido para a contratação do objeto é o mesmo apresentado como valor máximo estimado.**

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I. Gestão/Unidade: 00001/170177

II. Fonte de Recursos: 1032000000

III. Programa de Trabalho: 04.122.0032.2000.0001

IV. Elemento de Despesa: 3390-39 – Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

V. Plano Interno: OUTRCUSTEIO

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. JUSTIFICATIVAS PARA A VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS CONSTITUÍDAS EM FORMA DE CONSÓRCIOS

11.1. O artigo 15 da Lei nº 14.133, de 2021, permite a vedação de participação de empresas reunidas em consórcio, desde que devidamente justificado no processo, conforme abaixo:

- a) É recomendável a autorização para a participação de empresas reunidas em consórcio quando essa medida resultar na ampliação da competição, o que geralmente ocorre quando o objeto a ser licitado apresenta elevado valor (geralmente quando há obrigatoriedade de realizar audiência pública) ou complexidade, como, por exemplo, a construção de uma usina hidroelétrica, em que, se não for permitida a participação de consórcios, restringir-se-ia a competição, na medida que, por hipótese, somente 1 ou 2 empresas individualmente consideradas teriam condições de executar a obra.
- b) Ao contrário, a permissão para a constituição de empresas reunidas em consórcio, para o caso concreto em análise, em que no mercado atuam poucas empresas, poderia restringir a competição, na medida que a reunião de empresas que, individualmente, poderiam prestar os serviços, reduziria o número de licitantes e poderia, eventualmente, proporcionar a formação de conluíus/cartéis para manipular os preços nas licitações.
- c) Conforme Acórdão TCU nº 1316/2010 – Primeira Câmara, item 1.5.1.1, deve-se abster de vedar, sem justificativa razoável, a participação de empresas em consórcio, de modo a restringir a competitividade do certame. Porém, lendo-se integralmente o Acórdão (Relatório do Ministro Relator e Voto do Ministro Relator), constata-se que o caso concreto analisado se revestiu de vulto e complexidade, conforme itens 27 e 28 do Relatório, abaixo transcritos:

27. Em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio.

28. No entanto, se as circunstâncias concretas indicarem que o objeto apresenta vulto ou complexidade que tornem restrito o universo de possíveis licitantes, fica o Administrador obrigado a prever a participação de consórcios no certame com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa. Neste sentido ainda os Acórdãos TCU 1.094/2004 – Plenário e 22/2003 – Plenário.

11.2. Assim, em face do acima exposto, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, para o caso concreto, é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

12. JUSTIFICATIVAS PARA A VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

12.1. Não poderão participar da licitação objeto deste Termo de Referência os interessados sociedades cooperativas, em razão da vedação contida no parágrafo único do artigo 24 do Decreto-Lei nº 73, de 21/11/1966, transcrito abaixo:

Art. 24. Poderão operar em seguros privados apenas Sociedades Anônimas ou Cooperativas, devidamente autorizadas.

Parágrafo único. As Sociedades Cooperativas operarão unicamente em seguros agrícolas, de saúde e de acidentes de trabalho.

13. JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO ÍNDICE DE REAJUSTE DO CONTRATO

13.1. Foi realizada pesquisa no mercado e verificado que para o presente objeto não existe um índice setorial ou específico correlacionado diretamente com a variação de preços de seguro de veículos. Desse modo, para o objeto da presente contratação será adotado o reajustamento pelo **índice IPCA/IBGE**, pois é o índice oficial de monitoramento da inflação no Brasil.

14. NECESSIDADE DE CLASSIFICAÇÃO DESTE TR NOS TERMOS DA LEI Nº 12.527, DE 2011

14.1. Não há necessidade de classificar este Termo de Referência como sigiloso, nos termos da Lei nº 12.527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação).

15. APÊNDICES AO TERMO DE REFERÊNCIA

APÊNDICE I – Descrição detalhada do serviço

APÊNDICE II – Relação de veículos a serem segurados

APÊNDICE III – Relação das Unidades Administrativas da 10ª Região Fiscal

APÊNDICE IV – Estudos Técnicos Preliminares

Porto Alegre, *(datado digitalmente)*.

ALINE PEREIRA DENARDIN MARIOTTI
ATRFB - MATR. 1291618
Membro da Equipe de Planejamento
(assinatura digital)

ALEXANDRE JUNIOR BRUGNARA
ATRFB - Matr. 1293685
Membro da Equipe de Planejamento
(assinatura digital)

MINISTÉRIO DA
FAZENDA

APÊNDICE I DO TERMO DE REFERÊNCIA

DESCRIÇÃO DETALHADA DO SERVIÇO

1. DO PRAZO DE EXECUÇÃO

1.1 O prazo de vigência do Termo de Contrato é **de 1 (um) ano**, com início na data 18 de outubro de 2024 e encerramento em 17 de outubro de 2025, ou com início na data de sua assinatura, se esta for posterior, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.2 O seguro terá sua vigência por 1 (um) ano, **com início a partir das 24 (vinte e quatro) horas do dia do dia 17 de outubro de 2024 e encerramento às 24 (vinte e quatro) horas do dia 17 de outubro de 2025, - ou - a partir das 24 (vinte e quatro) horas do dia da celebração do contrato, se este for posterior àquela**, independentemente da conclusão da emissão da apólice pela Seguradora, ocasião em que prevalecerão as condições dos veículos apuradas pela Contratada, independentemente ou não da realização da vistoria prévia facultativa.

2. DA CONCEITUAÇÃO

Para fins deste Termo de Referência, conceitua-se:

I - Aceitação: Aprovação da proposta apresentada pelo Segurado para a contratação do seguro, que serve de base para a emissão da apólice.

II - Acessório: Peça desnecessária ao funcionamento do veículo e nele instalada para sua melhoria, decoração ou lazer do usuário.

III - Acidente: Acontecimento imprevisto e involuntário do qual resulta um dano causado ao objeto ou pessoa segurada.

IV - Acidente Pessoal de Passageiros. Evento com data caracterizada, exclusiva e diretamente provocado por acidente de trânsito com o veículo segurado, súbito, involuntário e violento, causador de lesão física que, por si só, e independente de toda e qualquer outra causa, tenha como consequência direta a morte, ou invalidez permanente total ou parcial dos passageiros ou do condutor do veículo segurado.

V - Apólice: Documento que formaliza o contrato de seguro, contendo dados do Segurado, do veículo segurado e as garantias Contratadas, bem como os direitos e deveres das partes contratantes.

VI - Apropriação Indébita: Ato ilícito que consiste em apossar-se de coisa alheia móvel de quem tem a posse ou a detenção.

VII - Avaria Prévia: Dano existente no veículo segurado antes da contratação do seguro e que não está por este coberto.

VIII - Aviso de Sinistro: Comunicação formal à Seguradora da ocorrência do evento previsto na apólice, descrevendo sua natureza e gravidade.

IX - Beneficiário: Pessoa física ou jurídica em favor da qual é devida a indenização.

X - Bônus: Desconto obtido pelo Segurado na renovação do seguro, desde que não tenha havido nenhuma ocorrência de sinistro durante o período de vigência da apólice anterior, qualquer transferência de direitos ou obrigações ou qualquer interrupção no contrato de seguro.

XI - Cancelamento: Dissolução antecipada da apólice de seguro.

XII - Carroceria: Espaço destinado ao transporte da carga, acoplado à parte traseira do chassi do veículo.

XIII - Cláusula: Define cada uma das disposições contidas no contrato de seguro.

XIV - Colisão: Qualquer choque, batida ou abaloamento sofrido ou provocado pelo veículo segurado.

XV - Condições Gerais: Conjunto de cláusulas contratuais que estabelecem obrigações e direitos, do Segurado e da Seguradora, de um mesmo contrato de seguro.

XVI - Condições Particulares: Cláusulas que alteram de alguma forma as condições gerais e/ou especiais, variando tais alterações de acordo com cada Segurado.

XVII - Corretor: Pessoa física ou jurídica devidamente habilitada e registrada na SUSEP para intermediar e promover a comercialização de contratos de seguro, representando o Segurado junto às Seguradoras.

XVIII - Culpa Grave: Conceito não existente no Código Civil Brasileiro, porém utilizado nos tribunais civis. A culpa grave se aproxima do dolo, sendo motivo para a perda de direito por parte do Segurado. Devido ao seu caráter jurídico especial, a culpa grave somente pode ser estabelecida por sentença judicial.

XIX - Dano Corporal: Lesão exclusivamente física causada ao corpo da pessoa. Danos classificáveis como mentais ou psicológicos, não oriundos de danos corporais, não estão abrangidos por esta definição.

XX - Dano Estético: Espécie de dano corporal, não coberto pelo presente seguro, que se caracteriza pela redução ou eliminação de padrão de beleza, mas sem ocorrência de sequelas que interfiram no funcionamento do organismo.

XXI - Dano Moral: Lesão praticada por outrem ao patrimônio psíquico ou à dignidade da pessoa, ou mais amplamente, aos direitos de personalidade, causando sofrimento psíquico, constrangimento, desconforto, humilhação, independentemente da ocorrência simultânea de danos materiais ou corporais.

XXII - Dano Material: É o tipo de dano causado exclusivamente a propriedade material da pessoa.

XXIII - Dolo: Má-fé, qualquer ato consciente por meio do qual alguém induz, mantém ou confirma outrem em erro. Vontade conscientemente dirigida com a finalidade de obter um resultado criminoso.

XXIV - Endosso: Aditivo ao contrato pelo qual a Seguradora e o Segurado acordam quanto a alteração de dados, modificam condições ou objeto da apólice ou a transferem a terceiros.

XXV - Equipamentos: Entende-se como equipamento original ou não qualquer peça ou aparelho fixado em caráter permanente no veículo segurado com exceção dos classificados como acessórios e opcionais.

XXVI - Estelionato: Obter para si ou para outrem, vantagem ilícita em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

XXVII - Estipulante: Pessoa física ou jurídica que contrata apólice coletiva de seguros, ficando investido dos poderes de representação dos Segurados perante a Seguradora.

XXVIII - Franquia: Valor ou percentual definido na apólice que representa a participação do Segurado nos prejuízos indenizáveis consequentes de cada sinistro.

XXIX - Furto: Subtração de todo ou parte do bem sem ameaça ou violência à pessoa.

XXX - Furto Qualificado: Ação cometida para subtração de coisa móvel, com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa, com abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza, com emprego de chave falsa ou mediante concurso de duas ou mais pessoas, que deixe vestígios, ou seja, comprovada mediante inquérito policial.

XXXI - Furto Simples: Subtração, para si ou para outrem, de coisa móvel alheia, sem violência contra a pessoa e sem deixar vestígios.

XXXII - Incêndio: Evento destrutivo caracterizado pela ação do fogo.

XXXIII - Invalidez Permanente: Perda, redução ou impotência funcional definitiva, total ou parcial, de um membro ou órgão dos passageiros ou do condutor do veículo acidentado ou de terceiro envolvido em acidente com o veículo segurado.

XXXIV - Limite Máximo de Indenização por Cobertura (LMI): Valor máximo de responsabilidade assumida pela Seguradora para cada cobertura Contratada, não implicando, entretanto, em reconhecimento por parte da Seguradora como prévia determinação do valor real dos bens segurados.

XXXV - Limite Máximo de Garantia por Apólice (LMG): Valor máximo de responsabilidade assumida pela Seguradora em cada apólice, por evento ou série de eventos.

XXXVI - Liquidação de Sinistro: Processo para pagamento da indenização ao Segurado, com base no relatório de regulação de sinistro.

XXXVII - Perda Parcial: Qualquer dano sofrido pelo veículo segurado cujo custo para reparação ou reposição não atinge 75% (setenta e cinco por cento) do seu valor estabelecido na apólice, no ato da contratação.

XXXVIII - Prêmio: Importância paga pelo Segurado ou estipulante/proponente à Seguradora para que esta assuma o risco a que o Segurado está exposto.

XXXIX - Proponente: Pessoa que pretende fazer um seguro e que já firmou, para esse fim, a proposta.

XL - Proposta: Instrumento que formaliza o interesse do estipulante/proponente em contratar o seguro.

XLI - Questionário de Avaliação de Risco: Formulário de questões, parte integrante da proposta de seguro, e que deve ser respondido pelo Segurado, de modo preciso, sobre os condutores e as características do uso do veículo e demais elementos constitutivos do risco a ser analisado pela Seguradora. É utilizado para o cálculo do prêmio do seguro e como parâmetro para avaliação da regularidade da cobertura em caso de sinistro.

XLII - Regulação de Sinistro: Na ocorrência de um sinistro, é o exame, das suas causas e circunstâncias, a fim de se caracterizar o risco ocorrido e, em face dessas verificações, se

concluir sobre a sua cobertura, bem como se o Segurado cumpriu todas as suas obrigações legais e contratuais.

XLIII - Responsabilidade Civil: Cobertura que visa garantir, até o valor do Limite Máximo de Indenização, o pagamento da indenização pela qual o Segurado vier a ser responsável civilmente, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo judicial ou extrajudicial autorizado de modo expresse pela Seguradora, por danos involuntários, corporais e/ou materiais, causados a terceiros pelo veículo segurado, pela carga transportada ou por veículo regularmente rebocado.

XLIV - Ressarcimento: Reembolso dos prejuízos suportados pela Seguradora ao indenizar dano causado por terceiros.

XLV - Risco: Evento incerto ou de data incerta que independe da vontade das partes contratantes e contra o qual é feito o seguro. O risco é a expectativa de sinistro. Sem risco não pode haver contrato de seguro.

XLVI - Roubo: Subtração de todo ou parte do bem com ameaça ou violência à pessoa.

XLVII - Salvados: Objetos que se consegue resgatar de um sinistro e que ainda possuem valor econômico. Assim são considerados tanto os bens que tenham ficado em perfeito estado, como os que estejam parcialmente danificados pelos efeitos do sinistro.

XLVIII - Segurado: Pessoa física ou jurídica que, tendo interesse segurável, contrata o seguro em seu benefício pessoal ou de terceiros.

XLIX - Seguradora: Empresa autorizada pela SUSEP a funcionar no Brasil e que, recebendo o prêmio, assume os riscos descritos no contrato de seguro.

L - Sinistro: Ocorrência de acontecimento previsto no contrato de seguro, de natureza súbita, involuntária e imprevista.

LI - Sub-rogação: Transferência de direitos e obrigações entre duas pessoas.

LII - SUSEP: Superintendência de Seguros Privados. Autarquia federal responsável pela regulação e fiscalização do mercado de seguros.

LIII - Terceiro: Pessoa culpada ou prejudicada no acidente, exceto o próprio Segurado ou seus ascendentes, descendentes, cônjuge e irmãos, bem como quaisquer pessoas que com ele residam ou que dele dependam economicamente.

LIV - Valor Determinado: Quantia fixa garantida ao Segurado no caso de indenização integral do veículo, fixada em moeda corrente nacional, e estipulada pelas partes no ato da contratação.

LV - Vigência: Prazo que determina o início e término da validade das garantias Contratadas.

LVI - Vistoria Prévia Facultativa: Inspeção realizada no veículo pela Seguradora antes da aceitação do risco para verificação das características e estado de conservação do veículo.

LVII - Vistoria de Sinistro: Inspeção efetuada pela Seguradora, através de peritos habilitados, em caso de sinistro, para verificar os danos ou prejuízos sofridos.

3. DA DESCRIÇÃO DO SERVIÇO, EXIGÊNCIAS PARA A LICITAÇÃO E INFORMAÇÕES PARA SUBSIDIAR A FORMULAÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Dos riscos cobertos: “seguro total”

3.1.1 O seguro deverá cobrir, no mínimo, os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina

onde serão prestados os serviços, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, conforme segue:

- I - Roubo ou furto total, bem como os danos causados por tentativa de roubos ou furto, incluindo os vidros.
- II - Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento.
- III - Raio e suas consequências.
- IV - Incêndio e explosão, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros.
- V - Queda em precipícios ou de pontes e queda de agentes externos sobre o veículo.
- VI - Acidente durante o transporte do veículo por meio apropriado.
- VII - Submersão total ou parcial em água proveniente de enchente ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo.
- VIII - Granizo.
- IX - Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, incluídas indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros.
- X - Responsabilidade civil facultativa (RCF – Danos Materiais e Danos Pessoais).
- XI - Acessórios não referentes a som e imagem, exceto os originais de fábrica.
- XII - Cobertura adicional de assistência 24 horas em todo o território brasileiro, com os seguintes serviços mínimos: chaveiro, reboque ou transporte do veículo segurado (com quilometragem livre) em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, falta de combustível, transporte da pessoa segurada por imobilização do veículo segurado e transporte das pessoas seguradas por roubo ou furto do veículo.
- XIII - Cobertura dos veículos e baús até o limite da Tabela FIPE para o veículo, e até o valor determinado pela Administração para o baú e para os veículos cujos valores constam na tabela da relação de veículos. Em caso de perda total, o valor da indenização do veículo será de 100% da tabela FIPE, e para o baú e veículo(s) que consta(m) com valor na tabela, o valor determinado pela Administração.

3.2. Descrição da rotina de acionamentos e de avisos de sinistros

3.2.1 O tempo máximo entre o acionamento do guincho e o seu real atendimento deverá ser de no máximo 1 hora se for na zona urbana/cidade e de no máximo 2 horas do atendimento, se estiver fora da zona urbana/cidade.

3.2.2 Quando da ocorrência de sinistro, o veículo deverá ser transportado até a oficina indicada pela SRRF10 ou unidade administrativa a que o veículo estiver sob guarda, podendo ser, inclusive, concessionária autorizada, localizada no Estado do Rio Grande do Sul.

3.2.3 No caso de ocorrência de sinistro fora do horário normal de expediente da oficina indicada, o veículo deverá ser removido para depósito da Seguradora ou da empresa proprietária do guincho, a qual deverá providenciar, no dia útil seguinte, a remoção do veículo até a oficina indicada, sendo os custos de remoção do veículo de exclusiva responsabilidade da Seguradora.

3.2.3.1 Caso a Seguradora ou a empresa proprietária do guincho não possua depósito, a Seguradora poderá solicitar que o veículo seja removido para uma unidade da RFB, devendo

providenciar, no dia útil seguinte, a remoção do veículo até a oficina indicada, sendo os custos de remoção do veículo de sua exclusiva responsabilidade.

3.2.3.2 Quando a Seguradora ou a empresa proprietária do guincho dispuser de depósito, porém a SRRF10 ou unidade administrativa a que o veículo estiver sob guarda exigir que o veículo seja removido para uma unidade da RFB, o serviço de guincho será considerado concluído quando dessa remoção.

3.2.4 A critério exclusivo da SRRF10 ou da unidade administrativa a que o veículo sinistrado estiver sob guarda, poderá ser aceita oficina credenciada indicada pela Seguradora. A SRRF10 ou a unidade administrativa a que o veículo sinistrado estiver sob guarda poderá rejeitar a oficina credenciada indicada pela Seguradora, especialmente no que se refere ao município de sua localização em razão da dificuldade na fiscalização dos serviços a serem executados ou de indícios de má qualidade na execução dos serviços.

3.2.5 Caso a Seguradora não aceite o orçamento apresentado pela oficina indicada pela SRRF10 ou pela unidade administrativa a que o veículo estiver sob guarda, a Seguradora poderá indicar outra oficina. Nesse caso, os custos de remoção do veículo para outra oficina serão de exclusiva responsabilidade da Seguradora.

3.2.6 Para fins de reparação do veículo em caso de sinistro, é admitido o uso de peças novas, originais ou não, nacionais ou importadas, desde que mantenham as especificações técnicas do fabricante.

3.2.6.1 Será admitida a utilização de peças usadas, observadas as disposições da legislação específica que regula e disciplina a atividade de desmontagem de veículos automotores terrestres, bem como as exigências técnicas necessárias para sua reutilização, nos termos da regulamentação do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), apenas no caso de inexistência de peças novas no mercado, mediante aprovação da fiscalização do contrato.

3.3. Da apólice

3.3.1 Não poderá ser cobrado pela Contratada o custo da emissão da apólice, que deverá estar incluído no valor do prêmio, conforme estabelece a Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados nº 413, de 30/06/2021.

3.3.2 A apólice de seguro automotor adotada deverá conter, impreterivelmente, a descrição dos itens a seguir, observados os valores mínimos de cobertura constantes neste documento.

Casco: valor para cobertura de, no mínimo, 100% da tabela FIPE ou valor determinado.

Responsabilidade civil facultativa (RCF – Danos Materiais e Danos Pessoais):

Valor para indenização de danos materiais de, no mínimo, R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)

Valor para indenização de danos pessoais de, no mínimo, R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)

Acidente por passageiro (APP):

Valor para indenização morte por pessoa de, no mínimo, R\$ 12.000,00 (doze mil reais)

Valor para indenização invalidez por pessoa de, no mínimo, R\$ 12.000,00 (doze mil reais)

Cobertura específica para substituições de para-brisa, vidros laterais e vidro traseiro, com franquia individual de R\$ 300,00 (trezentos reais).

3.3.3 A empresa Contratada deverá entregar a apólice na Divisão de Programação e Logística – Dipol da SRRF10, de acordo com a Relação dos Veículos no Apêndice II.

3.3.4 **O prazo máximo admitido para a entrega das apólices será de 30 (trinta) dias a contar da data da celebração do contrato.**

3.3.5 O mesmo prazo valerá para emissão da 2ª via, emissão de apólice por endosso ou para correção de dados, como placa de veículos, classe de bônus etc., a contar do pedido expresso da SRRF10.

3.4. Da franquia

3.4.1 A franquia considerada é a máxima obrigatória, devendo ser observado o que se segue:

I - A franquia não será objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmios), isto é, pelo custo total da apólice. Porém, a proposta da licitante vencedora poderá estabelecer franquia unitária por veículo inferior a R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

II - O valor máximo da franquia que deverá constar obrigatoriamente da proposta deverá ser de **R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)**, podendo a licitante cotar franquia unitária por veículo inferior a este valor de acordo com análise dos veículos e seus devidos bônus.

III - Em caso de sinistro, o valor referente à franquia deverá ser pago pela SRRF10, por intermédio da Dipol à Seguradora.

3.4.2 O valor máximo exigido para a franquia deve-se, principalmente, à necessidade de observância do princípio da isonomia, pois, caso se deixasse a critério de cada licitante, quanto maior fosse esse valor maior a probabilidade de sagrar-se vencedora da licitação, com potencial de prejuízo à Administração e aos outros licitantes que cotarem valores inferiores de franquia.

3.4.3 Assim, as licitantes deverão se adequar a essa exigência e cotar valor de franquia não superior ao valor máximo estabelecido, independente do tipo de veículo.

3.4.4 Da franquia específica para vidros

3.4.4.1 O valor da franquia considerado especificamente para ocorrência de sinistros com substituições unicamente de itens como para-brisa, vidros laterais e traseiro, para todos os veículos segurados, não deverá exceder o limite máximo de **R\$ 300,00 (trezentos reais)**, não sendo cumulativa com a franquia de que trata o subitem 3.4.1.

3.4.4.2 A franquia de que trata este item será aplicada de acordo com a quantidade de peças sinistradas. Assim, por exemplo, se houver a quebra simultânea de um para-brisa e um vidro lateral, será cobrada uma franquia para o para-brisa e outra para o vidro lateral.

3.5. Do prazo máximo para avaliação e indenizações decorrentes de sinistro

3.5.1 **O prazo máximo admitido para avaliação das circunstâncias de eventual sinistro feita pela Seguradora não poderá exceder a 10 (dez) dias e para as indenizações de eventuais sinistros não poderá ser superior a 30 (trinta) dias**, sendo este lapso temporal contado a partir do recebimento, pela Administração, da notificação da conclusão de avaliação e vistoria das circunstâncias do sinistro.

3.5.2 As indenizações devidas pela seguradora Contratada à Contratante, de eventuais sinistros, deverão ser efetivadas por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU.

3.6. Características gerais

3.6.1 O último contrato de seguro de veículos, ainda vigente, foi celebrado com a seguradora Gente Seguradora S/A., cujo período de vigência é das 24 horas de 17/10/2023 às 24 horas do dia 17/10/2024.

3.6.2 Os veículos são conduzidos por servidores públicos e motoristas terceirizados que prestam serviços às unidades administrativas, sendo de ambos os sexos e com idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos, sendo a maioria com idade superior a (vinte e quatro) anos.

3.6.3 Os veículos são todos da frota própria oficial.

3.6.4 Os veículos não possuem rastreador.

3.6.5 Nenhum veículo é do tipo ambulância.

3.6.6 Alguns veículos da RFB (aproximadamente 41) são do tipo “discretos”, ou seja, além de não estarem identificados visualmente como veículos oficiais, circulam com placas diferentes das placas oficiais constantes dos documentos. Este fato deve ser levado em consideração em caso de ocorrência de sinistro.

3.6.7 Em caso de multa, a pontuação é direcionada para a CNH do servidor/motorista condutor do veículo.

3.6.8 Poderá ser imputada responsabilidade ao condutor do veículo para o pagamento do valor da franquia, no caso de apuração de culpabilidade.

3.6.9 Alguns tipos de veículos podem não estar contemplados na Tabela FIPE. Neste caso, para fins de elaboração da proposta, deverá ser adotado a cotação de código semelhante na Tabela FIPE ou, quando for o caso, o valor determinado pela Administração, o qual consta na tabela de relação de veículos.

3.6.10 As placas dos veículos não serão divulgadas nesta etapa da licitação, em razão da necessidade de sigilo, pois muitos veículos da RFB são utilizados em investigações. As placas dos veículos serão divulgadas somente à licitante vencedora, que se compromete em manter sigilo desta informação.

3.6.11 Os veículos, em sua maioria, estão identificados por meio de logotipos da RFB. Alguns veículos não estão identificados visualmente como pertencentes à frota da RFB por causa do sigilo que envolve as atividades desenvolvidas com esses veículos.

3.6.12 Os veículos da RFB são utilizados para qualquer fim relacionado com as suas atividades regimentais, inclusive fiscalização, transporte de mercadorias e de servidores.

3.6.13 A legislação pertinente do IOF é o § 3º do art. 2º combinado com o art. 19 do Decreto Federal nº 6.306, de 14/12/2007 (Regulamento do IOF). Esta unidade licitante é pertencente à Administração Direta.

3.6.14 Conforme previsto neste Termo de Referência, a empresa interessada em vistoriar previamente os veículos a serem segurados poderá comparecer em cada Unidade Administrativa até o dia útil anterior à data da licitação. Não obstante a facultatividade desta vistoria, a sua não realização implicará à Contratada a assunção de todas as obrigações pertinentes ao objeto da contratação, sem prejuízos à cobertura do seguro dos veículos, a partir da data estipulada para início de vigência do contrato com as especificações mínimas constantes neste documento. A licitante vencedora poderá, facultativamente, realizar a vistoria posteriormente à celebração do contrato, sem alteração do valor proposto.

3.6.15 Eventualmente, poderá haver veículos em manutenção preventiva ou corretiva em alguma das oficinas mecânicas Contratadas. Nessa situação, se houver interessado(s) em realizar vistoria da frota, será disponibilizado o local onde o veículo se encontra.

3.6.16 Os veículos circulam regularmente em todo o Estado do Rio Grande do Sul, a serviço, podendo, excepcionalmente, circularem também em outros Estados.

3.6.17 Conforme disciplinado no Edital, a assistência técnica 24 horas deve cobrir todo o território brasileiro.

3.6.18 Na vigência da última apólice de seguro de veículos, ocorreram 38 (trinta e oito) assistências técnicas (36 guinchos e 2 trocas de pneu).

3.6.19 Na vigência da última apólice ocorreram 35 (trinta e cinco) sinistros, sendo que, dentre esses, houve perda total de 5 (cinco) veículos. Houve também o acionamento de coberturas de vidros para 12 (doze) veículos.

3.6.20 Seguem abaixo, as informações referentes a sinistralidade da frota nos últimos 7 anos:

Apólice vigente de 24/09/2016 a 23/09/2017

1) Veículo: L-200 Triton GL; Ano/Modelo: 2012/2013; Descrição: Colisão com terceiro. Valor Indenizado: R\$ 2.500,00.

2) Veículo: L-200 Triton GL; Ano/Modelo: 2012/2013; Descrição: Veículo envolveu-se em um acidente sem vítima do tipo colisão transversal. No momento do acidente o veículo virava à direita (Envolveu veículo de Terceiro). Valor Indenizado: R\$ 10.500,00.

3) Veículo: Prisma; Ano/Modelo: 2011/2012; Descrição: Veículo estava estacionado quando um terceiro veículo colidiu na lateral do carro. Valor Indenizado: R\$ 8.653,63.

Apólice vigente de 24/09/2017 a 23/09/2018

1) Veículo: Master/ Furgão/Renault, Ano/Modelo: 2014/2015. Avaria causada por queda de árvore, em razão de temporal. Chapeação e pintura na coluna e na lateral esquerda, troca de sinaleira, para-brisa, Valor total coberto pela seguradora: R\$ 10.007,90.

2) Veículo: Renault Clio Sedan, Ano/Modelo: 2005/2006. Danos causados em razão de colisão com terceiros. Engavetamento em autoestrada. Perda total. Sinistro em andamento. Valor a ser indenizado de acordo com a tabela FIPE. R\$ 14.672,00.

Apólice vigente de 24/09/2018 a 23/09/2019

1) Veículo: L-200 Triton GL; Ano/Modelo: 2012/2013; Descrição: Colisão traseira causada por terceiro. Valor Indenizado: R\$ 4.323,02.

2) Veículo: Voyage 1.0 4 portas, Ano/Modelo 2011/2011; Descrição: Colisão lateral com moto. Perda total. Valor Indenizado: R\$ 1.538,83.

3) Veículo: L-200 Triton GL; Ano/Modelo: 2012/2013; Descrição: Colisão frontal com terceiro. Valor Indenizado: R\$ 2.650,25 veículo + R\$ 5.522,16 terceiro.

Apólice vigente de 24/09/2019 a 23/09/2020

1) Veículo: Toyota HILUX SW4; Ano/Modelo: 2012/2013; Descrição: RCF – DANOS MATERIAIS. Valor Indenizado: R\$ 3.866,36. CASCO (COMPREENSIVO) - Valor Indenizado: R\$ 5.632,55.

2) Veículo: L-200 Triton GL; Ano/Modelo: 2013/2013; Descrição: Pequena avaria na lateral e quebra da sinaleira traseira, após raspar a lateral esquerda da viatura na coluna do estacionamento. CASCO (COMPREENSIVO). Valor Indenizado: R\$ 640,90.

3) Veículo: Cargo 2422T 23,0PBT; Ano/Modelo: 2005/2005; Descrição: Abalroamento em via urbana com veículo terceiro. RCF – DANOS MATERIAIS. Valor Indenizado: R\$ 1.859,67.

4) Veículo: L-200 Triton GL, 4 portas; Ano/Modelo: 2013/2013; Descrição: Veículo arrastado pelo vento durante tempestade, colidiu com veículo de terceiro. CASCO (COMPREENSIVO) - Valor Indenizado: R\$ 1.907,96. RCF – DANOS MATERIAIS - Valor Indenizado: R\$ 9.848,47.

6) Veículo: Mercedes-Benz Sprinter 515 CDI; Ano/Modelo: 2013/2013; Descrição: Abalroamento contra uma pilastra. CASCO (COMPREENSIVO) - Valor Indenizado: R\$ 2.514,87.

Apólice vigente de 24/09/2020 a 23/09/2021

1) Veículo: FIAT Palio Weekend Adventure; Ano/Modelo: 2012/2013; Descrição: Colisão traseira com veículo de terceiro. RCF – DANOS MATERIAIS - Valor Indenizado: R\$ 876,00. CASCO (COMPREENSIVO) - Valor Indenizado: aguardando vistoria.

2) Veículo: GM Cruze; Ano/Modelo: 2017/2017; Descrição: Ao iniciar conversão à direita veículo atingido por motocicleta que realizava ultrapassagem pelo lado direito. RCF – DANOS MATERIAIS - Valor Indenizado: recusado. RCF – DANOS CORPORAIS - Valor Indenizado: aguardando documentos.

3) Veículo: L-200 Triton GL; Ano/Modelo: 2014/2015; Descrição: Colisão com veículo de terceiro que estava estacionado na avenida, ao sair do estacionamento. RCF – DANOS MATERIAIS - Valor Indenizado: R\$ 467,00.

Apólice vigente de 24/09/2021 a 23/09/2022

1) Veículo: Fiat Fiorino IE; Ano/Modelo: 2004/2004; Descrição: motorista de veículo oficial da 10ªRF, ao conduzi-lo em marcha ré, acabou por colidir em outro veículo que se encontrava estacionado. RCF – DANOS MATERIAIS - Valor Indenizado: R\$ 1.200,00.

2) Veículo: MMC Pajero HPE 3.2 D; Ano/Modelo: 2011/2011; Descrição: abalroamento entre dois veículos durante perseguição de contrabandista. CASCO (COMPREENSIVO) - Valor Indenizado: R\$ 20.327,29.

3) Veículo: L-200 Triton GL/GLS/GLX/HPE/XB 4x4 3.2 Turbo DIESEL 4P; Ano/Modelo: 2013/2013; Descrição: durante operação rotineira, motorista de veículo oficial da 10ªRF, deslocando em estrada não pavimentada, teve sua dirigibilidade prejudicada pela poeira e, como consequência das condições da via, teve perda de aderência e veio a capotar em uma área plana, na lateral direita da via. CASCO (COMPREENSIVO) - Valor Indenizado: R\$ 72.023,00 (valor a ser indenizado, ainda em trâmite).

Apólice vigente de 24/09/2022 a 23/09/2023

1) Veículo: Ford Fusion SEL 2.3 16V GAS 4P; Ano/Modelo: 2007/2008; Descrição: motorista de veículo oficial da 10ªRF envolveu-se em acidente sem vítima do tipo colisão lateral. CASCO (COMPREENSIVO) - Valor Indenizado: R\$ 3.583,00.

2) Veículo: M.Benz/Accelo; Ano/Modelo: 2013/2013; Descrição: motorista de veículo oficial da 10ªRF envolveu-se em acidente sem vítima do tipo colisão traseira. Foram envolvidos dois veículos de terceiros. RCF – DANOS MATERIAIS - Valor Indenizado: R\$ 8.213,54. CASCO (COMPREENSIVO) - Valor Indenizado: R\$ 39.895,25.

- 3) Veículo: Trailblazer LT D4A; Ano/Modelo: 2022/2023; Descrição: colisão frontal com uma floreira. CASCO (COMPREENSIVO) - Valor Indenizado: R\$ 5.583,50.
- 4) Veículo: Trailblazer LT D4A; Ano/Modelo: 2022/2023; Descrição: motorista de veículo oficial da 10ªRF, ao conduzi-lo em marcha ré, acabou por colidir em um caminhão. CASCO (COMPREENSIVO) - Valor Indenizado: R\$ 721,25.
- 5) Veículo: Trailblazer LT D4A; Ano/Modelo: 2022/2023; Descrição: motorista de veículo oficial da 10ªRF, ao conduzi-lo em campos rurais, acabou por colidir com uma cerca elétrica. CASCO (COMPREENSIVO) - Valor Indenizado: R\$ 2.228,00.
- 6) Veículo: Compass Longitude F; Ano/Modelo: 2019/2019; Descrição: motorista de veículo oficial da 10ªRF envolveu-se em acidente sem vítima do tipo colisão lateral. CASCO (COMPREENSIVO) - Valor Indenizado: R\$ 14.392,16.

Apólice vigente de 18/10/2023 a 17/10/2024

- 1) Veículo: Toyota HILUX SWSRXA4FD; Ano/Modelo: 2019/2019; Descrição: atropelamento de animal na pista. CASCO (COMPREENSIVO) - Valor Indenizado: R\$ 909,17.
- 2) Veículo: GM Trailblazer LT D4A; Ano/Modelo: 2022/2023; Descrição: motorista da viatura oficial, ao manobrar no estacionamento do posto de combustíveis atingiu de raspão o veículo ônix, causando um arranhão na parte traseira, próximo a sinaleira e para-choque. RCF – DANOS MATERIAIS - Valor Indenizado: R\$ 826,00.
- 3) Veículo: GM Trailblazer LT D4A; Ano/Modelo: 2022/2023; Descrição: abalroamento provocado pelo veículo caminhão trator scania P 340 A4x2, que se chocou ao manobrar, causando amassamento na porta traseira da viatura da RFB. CASCO (COMPREENSIVO) - Valor Indenizado: R\$ 3.114,67.
- 4) Veículos com Perda Total devido à enchente: 1) VW Tiguan Allspace Comfortline; Ano/Modelo: 2018/2019; 2) Hyundai HB20S 1.6A Comf; Ano/Modelo: 2016/2016; 3) GM Onix 1.4MT LTZ; Ano/Modelo: 2015/2016; 4) Mercedes Benz Sprinter 515 Furgão E.L.T Alto 2.2; Ano/Modelo: 2013/2013. Descrição: Veículos inundados pela enchente de maio 2024 no estado do Rio Grande do Sul. CASCO (COMPREENSIVO) - Valor Indenizado: Processos não concluídos até a presente data - 100% da tabela FIPE.
- 5) Veículos em conserto devido à enchente: 1) Mercedes-Benz Actros 2546 LS; Ano/Modelo: 2018/2019; 2) GM Trailblazer LT D4A; Ano/Modelo: 2022/2023; 3) Mitsubishi L200 Triton Sport GLS A; Ano/Modelo: 2023/2024; 4) GM Trailblazer LT D4A; Ano/Modelo: 2022/2023; 5) GM Trailblazer LT D4A; Ano/Modelo: 2022/2023; 6) Mercedes-Benz Sprinter 515 CDI; Ano/Modelo: 2014/2015; 7) GM Trailblazer LT D4A; Ano/Modelo: 2022/2023; 8) VW 2018/VW/10160; Ano/Modelo: 2017/2018; 9) Ford Cargo 2422T 23,0PBT 8270cc 2 portas; Ano/Modelo: 2005/2005; 10) GM Trailblazer LT D4A; Ano/Modelo: 2022/2023; 11) VW 17.280 CRM 4x2; Ano/Modelo: 2018/2019; 12) Mitsubishi L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros; Ano/Modelo: 2012/2013; 13) GM Trailblazer LT D4A; Ano/Modelo: 2022/2023; 14) Fiat Toro Freedom AT6; Ano/Modelo: 2019/2020; 15) Fiat Doblo Adventure 1.8; Ano/Modelo: 2012/2013; 16) GM Trailblazer LT D4A; Ano/Modelo: 2022/2023; 17) GM Trailblazer LT D4A; Ano/Modelo: 2022/2023; 18) VW 24.250 CLC 6x2; Ano/Modelo: 2011/2011; 19) Mitsubishi L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros; Ano/Modelo: 2013/2013; 20) Mitsubishi L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima,

170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros; Ano/Modelo: 2013/2013; 21) Toyota Hilux 4 x 4; Ano/Modelo: 2017/2017; 22) Renault Master Grand Furgão L2H2; Ano/Modelo: 2014/2015; 23) Mitsubishi L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros; Ano/Modelo: 2013/2013; 24) Mitsubishi L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros; Ano/Modelo: 2013/2013. Descrição: Veículos inundados pela enchente de maio 2024 no estado do Rio Grande do Sul. CASCO (COMPREENSIVO) - Valor Indenizado: Processos não concluídos até a presente data.

- 6) Veículo: GM Trailblazer LT D4A; Ano/Modelo: 2022/2023; Descrição: colisão com guard-rail devido a frenagem para não colidir com veículo que aquaplanou a frente. CASCO (COMPREENSIVO) - Valor Indenizado: R\$ 13.005,89.
- 7) Veículo: Toyota Corolla XEi 2.0 flex; Ano/Modelo: 2017/2018; Descrição: terceiro trafegava na via, momento em que segurado ao realizar troca de faixa, cortou a mão de direção do terceiro causando colisão traseira. Foi envolvido um veículo de terceiros. RCF – DANOS MATERIAIS - Valor Indenizado: R\$ 2.500,81. CASCO (COMPREENSIVO) - Valor Indenizado: R\$ 11.303,21.
- 8) Veículo: GM Trailblazer LT D4A; Ano/Modelo: 2022/2023; Descrição: a viatura da rfb trafegava na br quando uma bicicleta cruzou a frente e o motorista não conseguiu frear e colidiu com a bicicleta. CASCO (COMPREENSIVO) - Valor Indenizado: Processo não concluídos até a presente data.
- 9) Veículo: GM Trailblazer LT D4A; Ano/Modelo: 2022/2023; Descrição: colisão com desnível na estrada causando problema na suspensão. CASCO (COMPREENSIVO) - Valor Indenizado: Processo não concluídos até a presente data.

3.7. Da guarda e utilização dos veículos pela Administração

3.7.1 Os veículos permanecem recolhidos em estacionamentos privativos e fechados enquanto na repartição pública, como regra, no município correspondente ao respectivo veículo relacionado no Apêndice III deste Termo de Referência.

3.7.2 Não há previsão de quantidade da quilometragem a ser percorrida pelos veículos da frota das unidades administrativas da Secretaria da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal no período da vigência do contrato. No entanto, os veículos circulam em todo o Estado do Rio Grande do Sul a serviço, podendo, excepcionalmente, circularem também em outros Estados.

3.8. Do endosso e pagamento dos acréscimos e restituição

3.8.1 Quaisquer alterações tais como: inclusão, substituição e exclusão de veículos na apólice poderão ser solicitadas pela SRRF10/Dipol e processadas pela Seguradora Contratada durante a vigência do contrato, mediante endosso, aplicando-se as regras abaixo:

3.8.2 Os endossos serão formalizados mediante Termo de Apostilamento, por referirem-se à matéria disciplinada no contrato, tratando-se pois, de mera execução contratual.

3.8.3 Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s) durante o período da vigência da apólice, o valor do prêmio do veículo a ser incluído deverá ser semelhante ao valor do prêmio de veículo com características similares (valor do veículo e tipo de utilização) constantes na relação de veículos apresentada na proposta da Contratada.

3.8.4 Caso haja aumento do valor da apólice em razão do endosso, a SRRF10/Dipol providenciará o pagamento da diferença mediante a emissão de nota de empenho para esta finalidade, observando o limite legal máximo admitido na Lei nº 8.666/93 de 25% do valor inicial contratado.

3.8.5 Havendo diminuição do valor da apólice, a Contratante terá o direito de crédito em face da Contratada, resultante da operação de endosso, cuja devolução da diferença será feita por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, que será emitida pela SRRF10/Dipol para a realização da operação pela Contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da emissão da GRU.

3.8.6 Havendo a necessidade, durante o período de vigência da apólice, de exclusão de veículo(s), a Contratada deverá calcular pela média aritmética simples, o valor total a ser devolvido à Administração Pública, mediante as fórmulas:

$X \div 12 = Y$ e $Y \times Z = VT$ onde:

X = Valor anual do prêmio por veículo;

12 = Número de meses;

Y = Valor mensal do prêmio por veículo;

Z = Número de meses restantes para o término da apólice;

VT = Valor total a ser devolvido à Administração Pública.

3.8.7 O valor de Z, número de meses restantes para o término da apólice, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pela SRRF10/Dipol à Seguradora contratada do referido seguro. Esta comunicação poderá ser realizada por meio de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento ou via carta com aviso de recebimento.

3.8.8 Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 (quinze) dias.



**MINISTÉRIO DA
FAZENDA**



APÊNDICE II DO TERMO DE REFERÊNCIA

RELAÇÃO DE VEÍCULOS A SEREM SEGURADOS

Nº	Unidade Administrativa	Tipo	Marca	Modelo	Ano Fab/Mod	Combustível	Bônus Atual	Sinistro nos últimos 3 anos?	Chassis	Renavan	Outras características
1.	Superintendência em Porto Alegre Gabinete	Van	Renault	MASTER SITNEI MI	2009/2010	Diesel	10	Não	93YCDDUH6AJ286160	00171231350	Cor prata 7 passageiros
2.	Superintendência em Porto Alegre - Espei10	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2012/2013	Diesel	9	Sim (2024)	93XJNKB8TDCC63925	00507764684	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
3.	Superintendência em Porto Alegre - Espei10	Automóvel	Fiat	Doblo Adventure 1.8	2012/2013	Álcool/ Gasolina	5	Sim (2024)	9BD119409D1102177	00504992120	Cor branca 5 passageiros
4.	Superintendência em Porto Alegre	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	0	Sim (2024)	9BG156FK0PC404306	01320119864	Cor prata 5 passageiros

5.	Superintendência em Porto Alegre - Espei10	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	0	Sim (2024)	9BG156FK0PC407501	01320120668	Cor prata 5 passageiros
6.	Superintendência em Porto Alegre Direp	Automóvel	Honda	Civic EXS	2012/2012	Álcool/ Gasolina	10	Não	93HFB2680CZ215055	00463113640	Cor branca 5 passageiros
7.	Superintendência em Porto Alegre Direp	Caminhonete	Mitsubishi	L200 Triton Sport GLS A	2023/2024	Diesel	9	Sim (2024)	93XSYKL1TRCP70923	01350681277	Cor azul, 5 passageiros
8.	Superintendência em Porto Alegre	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota de fibra, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2013/2013	Diesel	9	Sim (2024)	93XJNKB8TDCD70457	00541842838	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD Valor: 100% FIPE (caminhonete) + R\$ 4.835,00 (capota de fibra)
9.	Superintendência em Porto Alegre	Furgão	Renault	Master Grand Furgão L2H2	2014/2015	Diesel	9	Sim (2024)	93YMAF4MCFJ407692	01009252337	Cor prata 3 passageiros
10.	Superintendência em Porto Alegre	Micro-ônibus	Mercedes-Benz	Sprinter 515 CDI	2014/2015	Diesel	8	Sim (2024)	8AC906657FE104312	1062640958	Cor branca, 21 passageiros
11.	Superintendência em Porto Alegre	Caminhão Guincho	VW	2018/VW/10160	2017/2018	Diesel	6	Sim (2024)	9531M62P1JR814611	01139060446	Cor branca Valor determinado: R\$ 125.695,00
12.	Superintendência em Porto Alegre	Caminhão	Mercedes-Benz	Actros 2546 LS	2018/2019	Diesel	9	Sim (2024)	9BM934251KS047719	1178963109	Cor branca, 3 passageiros
13.	Superintendência em Porto Alegre	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2013/2013	Diesel	9	Sim (2024)	93XJNKB8TDCD65158	00541860429	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
14.	Superintendência em Porto Alegre	Furgão	M. Benz	313 CDI SprinterF	2010/2011	Diesel	10	Não	8AC903662BE042404	00476315590	Cor branca 3 passageiros

15.	Superintendência em Porto Alegre	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2013/2013	Diesel	10	Não	93XJNKB8TDCD65145	00537526757	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
16.	Superintendência em Porto Alegre	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2013/2013	Diesel	9	Sim (2024)	93XJNKB8TDCD65165	00537524398	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
17.	Superintendência em Porto Alegre	Caminhonete	Fiat	Doblô Adventure 1.8 Flex	2012/2013	Álcool/Gasolina	10	Não	9BD119409D1102187	00503987697	Cor branca 6 passageiros
18.	Superintendência em Porto Alegre	Caminhão	VW	VW 17.280 CRM 4x2	2018/2019	Diesel	9	Sim (2024)	953658243KR904770	01148370061	Cor branca, 3 passageiros, cabine estendida, carroceria com baú
19.	Superintendência em Porto Alegre	Caminhão	Mercedes Bens	Atego 2430	2019/2020	Diesel	4	Não	9BM958166LB163324	01217160199	Cor Branca
20.	Superintendência em Porto Alegre	Semirreboque e frigorífico	Ibiporã	Semirreboque frigorífico 3 eixos	2006/2006	---	3	Não	9A9CFF39361DV8156	00891245502	Cor branca Valor: R\$ 100.000,00
21.	Superintendência em Porto Alegre	Furgão	Fiat	Ducato Multi, capacidade 1,53 toneladas, 4 portas	2011/2012	Diesel	10	Não	93W245H34C2091703	00451544382	Cor branca, 3 passageiros, carroceria furgão
22.	Superintendência em Porto Alegre	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	0	Sim (2024)	9BG156FK0PC406264	01320121001	Cor azul, 5 passageiros
23.	Superintendência em Porto Alegre	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	1	Não	9BG156FK0PC406235	01320121427	Cor azul, 5 passageiros
24.	Superintendência em Porto Alegre	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	0	Sim (2024)	9BG156FK0PC406227	01320121842	Cor azul, 5 passageiros
25.	Superintendência em Porto Alegre	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	0	Sim (2024)	9BG156FK0PC406221		Cor azul, 5 passageiros
26.	Superintendência em Porto Alegre	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	0	Sim (2024)	9BG156FK0PC406211	01320122563	Cor azul, 5 passageiros
27.	Superintendência em Porto Alegre	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	0	Sim (2024)	9BG156FK0PC407374	01322738600	Cor azul, 5 passageiros SEMI BLINDADA

28.	Superintendência em Porto Alegre	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	0	Sim (2024)	9BG156FK0PC406701	01330587259	Cor azul, 5 passageiros SEMI BLINDADA
29.	Superintendência em Porto Alegre Direp	SUV	Toyota	Hilux 4 x 4	2017/2017	Diesel	9	Sim (2024)	8AJHA8CD0H2596609	01118441718	Cor Prata, 5 passageiros
30.	Superintendência em Porto Alegre	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2013/2013	Diesel	7	Sim (2024)	93XJNKB8TDCD66256	00537277862	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
31.	Superintendência em Porto Alegre	Caminhão com baú	VW	24.250 CLC 6x2	2011/2011	Diesel	0	Sim (2024)	9535N8244BR160351	00387185429	Cor branca 3 passageiros, baú de aproximadamente 70 m ³ Valor: 100% FIPE (caminhão) + R\$ 10.000,00 (baú)
32.	Superintendência em Porto Alegre Direp	SUV	VW	Amarok V6	2018/2019	Diesel	9 (transferido do veículo IMS3642)	-	WV1DA22H9KA011207	01174140515	Cor Preta 5 passageiros
33.	Superintendência em Porto Alegre Direp	Automóvel	GM	Cruze LT NB AT	2022/2023	Álcool/ Gasolina	10 (transferido do veículo IUK8271)	-	8AGBB69S0PR113868	01344012687	Cor Azul 5 passageiros
34.	Superintendência em Porto Alegre Direp	Automóvel	GM	Cruze LT NB AT	2022/2023	Álcool/ Gasolina	10 (transferido do veículo JBY2C21)	-	8AGBB69S0PR118362	01344051682	Cor Azul 5 passageiros
35.	Superintendência em Porto Alegre Direp	Automóvel	GM	Cruze LT NB AT	2022/2023	Álcool/ Gasolina	10 (transferido do veículo MHO9G09)	-	8AGBB69S0PR118392	01344054037	Cor Azul 5 passageiros

36.	Superintendência em Porto Alegre Direp	Automóvel	GM	Cruze LT NB AT	2022/2023	Álcool/ Gasolina	10 (transferido do veículo IUA4006)	-	8AGBB69S0PR118417	01344055203	Cor Azul 5 passageiros
37.	Superintendência em Porto Alegre Direp	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Álcool/ Gasolina	10 (transferido do veículo IUC6,H69)	-	9BG156FK0PC425113	01335245739	Cor Prata 5 passageiros
38.	Superintendência em Porto Alegre Direp	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Álcool/ Gasolina	10 (transferido do veículo ITZ9E32)	-	9BG156FK0PC452108	01335241733	Cor Prata 5 passageiros
39.	Delegacia em Caxias do Sul	Furgão	Renault	Master 11m3 25DCI 114cv 4 portas furgão	2005/2006	Diesel	10	Não	93YADCUH56J664777	00874157234	Cor branca 3 passageiros
40.	Delegacia em Caxias do Sul	Micro-ônibus	Renault	Master Bus16 DCI 114cv 4 portas	2005/2006	Diesel	10	Não	93YCDDUH56J676896	00876589395	Cor branca 9 passageiros
41.	Delegacia em Caxias do Sul	Automóvel	GM	Prisma 1.4	2013/2013	Álcool / Gasolina	10	Não	9BGKS69L0DG290096	00532809157	Cor branca 5 passageiros
42.	Delegacia em Caxias do Sul	Caminhonete	Toyota	Hilux SW4 SRV 4x4, 171CV/2982	2014/2014	Diesel	10	Não	8AJYY59G8E6522175	01008238187	Cor Branca, 5 Passageiros, AirBag, Ar, Direção Hidr, ABS
43.	Delegacia em Caxias do Sul	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	10	Não	9BG156FK0PC405818	01318258852	Cor azul, 5 passageiros
44.	Delegacia em Caxias do Sul	Caminhonete	Mitsubishi	L200 Triton Sport GLS A	2023/2024	Diesel	10	Não	93XSYKL1TRCP71079	01352103068	Cor azul, 5 passageiros
45.	Agência em Passo Fundo	Automóvel	GM	Cruze LT NB AT 1.4 16 V Ecotec Turbo Flex 4P	2017/2017	Álcool / Gasolina	9	Não	8AGBB69S0HR151457	01124070394	Cor prata, 5 passageiros, 153 cv
46.	Agência em Passo Fundo	Caminhonete	Mitsubishi	L200 Triton Sport GLS A	2023/2024	Diesel	1	Não	93XSYKL1TRCP69312	01345664599	Cor azul, 5 passageiros

47.	Agência em Passo Fundo	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	10	Não	9BG156FK0PC420161	01338058220	Cor azul, 5 passageiros
48.	Agência em Passo Fundo	Furgão	Citroen	Jumpy	2019/2020	Diesel	10	Não	9V7VBBHXGLA001959	01212352332	Cor branca
49.	Agência em Passo Fundo	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	10	Não	9BG156FK0PC405829	01318257848	Cor azul, 5 passageiros
50.	Delegacia em Santo Ângelo	Caminhão com baú	Ford	Cargo 2422T 23,0PBT 8270cc 2 portas	2005/2005	Diesel	10	Não	9BFYCN9T65BB57198	00866426256	Cor branca 3 passageiros 3 eixos baú de aproximadamente 45 m³ em alumínio Valor: 100% FIPE (caminhão) + R\$ 8.000,00 (baú)
51.	Delegacia em Santo Ângelo	Furgão	Renault	Master Sitnei MI	2013/2014	Diesel	10	Não	93YMAF4MAEJ776298	00566926350	Cor branca, 3 passageiros
52.	Delegacia em Santo Ângelo	Caminhão com baú	Mercedes Benz	915C	2011/2012	Diesel	10	Não	9BM979048CB847136	00450593983	Cor vermelha 03 passageiros Plataforma guincho Valor: 100% FIPE (caminhão) + R\$ 40.000,00 (plataforma guincho)
53.	Delegacia em Santo Ângelo	Caminhonete	VW	Amarok V6 Highline	2017/2018	Diesel	10	Não	WV1DA22H8JA022150	01145979006	Cor cinza 5 passageiros
54.	Delegacia em Santo Ângelo	Caminhão com baú	Mercedes Benz	ATEGO 2430	2019/2020	Diesel	10	Não	9BM958166LB164838	01223337038	VERMELHA baú de aproximadamente 45 m³ em alumínio
55.	Delegacia em Santo Ângelo	Utilitário	Toyota	HILUX SW4 SRV4X4, 7 passageiros, 4 portas	2010/2010	Diesel	10	Não	8AJYZ59G3A3039797	00195778111	Cor prata
56.	Delegacia em Santo Ângelo	Caminhonete	Fiat	Toro Freedom AT	2017/2017	Álcool/ Gasolina	10	Não	988226117HKB28964	1118230024	Cor branca, 5 passageiros
57.	Delegacia em Santo Ângelo	Caminhonete	Fiat	Toro Volcano AT9 D4	2021/2021	Álcool/ Gasolina	10	Não	98822617CMKD76002	01255369989	Cor prata, 5 passageiros
58.	Delegacia em Santo Ângelo	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	1	Não	9BG156FK0PC405824	01318260091	Cor azul, 5 passageiros

59.	Delegacia em Santo Ângelo	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	1	Não	9BG156FK0PC406497	01330487360	Cor azul, 5 passageiros
60.	Delegacia em Santo Ângelo	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	1	Sim (2023)	9BG156FK0PC418616	01335228060	Cor azul, 5 passageiros
61.	Delegacia em Santo Ângelo	Caminhonete	Mitsubishi	L200 Triton Sport GLS A	2023/2024	Diesel	10	Não	93XSYKL1TRCP71167	01352098080	Cor azul, 5 passageiros
62.	Delegacia em Santo Ângelo	Caminhonete	Mitsubishi	L200 Triton Sport GLS A	2023/2024	Diesel	10	Não	93XSYKL1TRCP71180	01352099699	Cor azul, 5 passageiros
63.	Delegacia em Santo Ângelo	Caminhonete	Mitsubishi	L200 Triton Sport GLS A	2023/2024	Diesel	10	Não	93XSYKL1TRCP71043	01352101260	Cor azul, 5 passageiros
64.	Agência em Santa Cruz do Sul	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2013/2013	Diesel	10	Não	93XJNKB8TDCD65253	00537788069	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
65.	Agência em Santa Cruz do Sul	Caminhão com baú	VW	VW 15.180 CNM, 180cv, 2 portas, PBT 15,0 Ton	2010/2011	Diesel	10	Não	953468233BR111710	00332660826	Cor branca 3 passageiros 3 eixos baú de aproximadamente 45 m³ em alumínio Valor: 100% FIPE (caminhão) + R\$ 8.000,00 (baú)
66.	Agência em Santa Cruz do Sul	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2013/2013	Diesel	10	Não	93XJNKB8TDCD65188	00540242560	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD

67.	Agência em Santa Cruz do Sul	Automóvel	GM	Ônix Plus 10TAT LTZ 2022	2021/2022	Álcool/Gasolina	10 (transferido do veículo IUI5B19)	-	9BGEN69H0NG160629	01297139825	Cor preta 5 passageiros
68.	Delegacia em Pelotas - IRF Bagé	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2012/2013	Diesel	10	Não	93XJNK8TDCC63568	00506925951	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
69.	Delegacia em Pelotas	Caminhão com baú	Ford	Cargo 2422T 23,0PBT 8270cc 2 portas	2005/2005	Diesel	10	Não	9BFYCN9T75BB56996	00866423508	Cor branca 3 passageiros 3 eixos baú de aproximadamente 45 m³ em alumínio Valor: 100% FIPE (caminhão) + R\$ 8.000,00 (baú)
70.	Delegacia em Pelotas	Caminhão	VW	8.120	2005/2005	Diesel	7	Não	9BWAC52RX5R512667	00853520720	Cor branca 3 passageiros plataforma para veículos
71.	Delegacia em Pelotas	Camioneta	Fiat	Ducato M Jaedi Mis	2013/2014	Diesel	10	Não	93W245H34E2115964	00547651414	Cor prata 9 passageiros
72.	Delegacia em Pelotas	Automóvel	GM	Ônix Plus 10TAT LT1	2019/2020	Álcool/Gasolina	10	Não	9BGEB69H0LG131048	01213815760	Cor branca 5 passageiros

73.	Delegacia em Pelotas - IRF Bagé	Caminhonete	Fiat	Toro Endurance	2019/2019	Álcool/Gasolina	10	Não	9882261CXKKC44489	01180934919	Cor branca 5 Passageiros
74.	Delegacia em Pelotas	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	1	Não	9BG156FK0PC406026	01319990280	Cor azul, 5 passageiros
75.	Delegacia em Pelotas	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	1	Não	9BG156FK0PC406010	01319990662	Cor azul, 5 passageiros
76.	Delegacia em Pelotas - IRF Jaguarão	Caminhonete	Fiat	Toro Endurance ATD4	2020/2021	Diesel	1	Não	9882261N5MKD69523	01254047139	Cor branca, 5 passageiros
77.	Delegacia em Pelotas	Caminhonete	Mitsubishi	L200 Triton Sport GLS A	2023/2024	Diesel	10	Não	93XSYKL1TRCP69415	01345855998	Cor azul, 5 passageiros
78.	Delegacia em Pelotas- IRF Jaguarão	Caminhonete	Mitsubishi	L200 Triton Sport GLS A	2023/2024	Diesel	10	Não	93XSYKL1TRCP69337	01345858202	Cor azul, 5 passageiros
79.	Delegacia em Pelotas	Caminhonete	Mitsubishi	L200 Triton Sport GLS A	2023/2024	Diesel	10	Não	93XSYKL1TRCP69477	01345853502	Cor azul, 5 passageiros

80.	Delegacia em Pelotas - IRF Jaguarão	Caminhonete	Mitsubishi	L200 Triton Sport GLS A	2023/2024	Diesel	10	Não	93XSYKL1TRCP69317	01345855017	Cor azul, 5 passageiros
81.	Delegacia em Pelotas - IRF Bagé	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	10	Não	9BG156FK0PC417679	01335365432	Cor azul, 5 passageiros
82.	Delegacia em Pelotas - IRF Jaguarão	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	10	Não	9BG156FK0PC417672	01335370045	Cor azul, 5 passageiros
83.	Delegacia em Pelotas	Automóvel	GM	Cobalt LTZ 18A	2019/2019	Flex	10	Não	9BGJC6920KB213114	01187310155	Cor prata, 5 passageiros
84.	Delegacia em Pelotas – IRF Bagé	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	1	Não	9BG156FK0PC405980	01318491581	Cor azul, 5 passageiros
85.	Delegacia em Pelotas – IRF Bagé	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	1	Sim (2022)	9BG156FK0PC405997	01318493843	Cor azul, 5 passageiros
86.	Delegacia em Pelotas – IRF Bagé	Caminhonete	Mitsubishi	L200 Triton Sport GLS A	2023/2024	Diesel	10	Não	93XSYKL1TRCP69452	01345798919	Cor azul, 5 passageiros

87.	Delegacia em Pelotas – IRF Bagé	Caminhonete	Mitsubishi	L200 Triton Sport GLS A	2023/2024	Diesel	10	Não	93XSYKL1TRCP69243	01345800379	Cor azul, 5 passageiros
88.	Delegacia em Pelotas – IRF Jaguarão	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	0	Sim (2024)	9BG156FK0PC405998	01319991065	Cor azul, 5 passageiros
89.	Delegacia em Pelotas	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	1	Não	9BG156FK0PC417840	01338644944	Cor azul, 5 passageiros
90.	Delegacia em Pelotas	Automóvel	GM	Vectra Sedan Elite 2.4 MPFI 121cv 4 portas câmbio manual	2007/2007	Gasolina	10	Não	9BGAH69L07B240130	00329696580	Cor cinza 5 passageiros veículo importado
91.	Delegacia em Pelotas – IRF Jaguarão	Automóvel	FIAT	Gran siena 1.6	2013/2013	Álcool / Gasolina	10	Não	9BD197163D3075409	00525945229	Cor branca, 5 passageiros
92.	Delegacia em Pelotas – IRF Bagé	Automóvel	Fiat	Palio Weekend Adventure 1.8	2012/2013	Flex	1	Não	9BD373175D5024045	00504761668	Cor branca, 5 passageiros
93.	Delegacia em Pelotas	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	0	Sim (2024)	9BG156FK0PC407009	01321386505	Cor azul, 5 passageiros

94.	Delegacia em Pelotas	Automóvel	Toyota	Corolla XEi 2.0 flex	2017/2018	Flex	0	Sim (2024)	9BRBD3HE3J0369430	01130741483	Cor preta, 5 passageiros
95.	Delegacia em Pelotas	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	1	Não	9BG156FK0PC417902	01338644170	Cor azul, 5 passageiros
96.	Delegacia em Pelotas – IRF Jaguarão	Caminhonete	GM	Montana LS	2013/2014	Álcool/ Gasolina	10	Não	9BGCA80X0EB218879	00594800293	Cor prata 2 passageiros
97.	Delegacia em Novo Hamburgo	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2013/2013	Diesel	10	Não	93XJNK88TDCD65197	00541870777	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
98.	Delegacia em Novo Hamburgo	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2013/2013	Diesel	9	Não	93XJNK88TDCD65172	00541866508	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
99.	Delegacia em Novo Hamburgo	Automóvel	Renault	Fluence, 2.0, 143 cv, 4 portas	2013/2014	Álcool/ Gasolina	7	Não	8A1LZBW26EL746460	0587920335	Cor prata, 5 passageiros
100.	Delegacia em Novo Hamburgo	Utilitário	Toyota	HILUX SW4 SR 4X4, 5 passageiros, 4 portas	2012/2013	Diesel	4	Não	8AJYY52G9D6000101	488355826	Cor branca, 5 passageiros

101.	Delegacia Novo Hamburgo	Automóvel	Renault	Captur Intense 20A	2019/2020	Álcool/ Gasolina	10	Não	93YRHAL44LJ173591	1208527247	Cor prata 5 passageiros
102.	Delegacia em Novo Hamburgo	Caminhonete	Mitsubishi	L200 Triton Sport GLSA	2023/2024	Diesel	10	Não	93XSYKL1TRCP70955	01351466795	Cor azul, 5 passageiros
103.	Delegacia em Novo Hamburgo	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	10	Não	9BG156FK0PC416935	01335268143	Cor azul, 5 passageiros
104.	Delegacia em Novo Hamburgo	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	10	Não	9BG156FK0PC417873	01335309753	Cor azul, 5 passageiros
105.	Delegacia em Santa Maria	Caminhão com baú	Ford	Cargo 2422T 23,0PBT 8270cc 2 portas	2005/2005	Diesel	10	Não	9BFYCN9T25BB57148	00866422579	Cor branca 3 passageiros 3 eixos caminhão de transporte de veículo – CTV (cegonha), capacidade de transporte de 7 veículos Valor: 100% FIPE (caminhão) + R\$ 80.839,00 (carroceria) Dimensões: 14m Comp./ 2,65m Larg./ 3,8m Alt.c/veículos
106.	Delegacia em Santa Maria	Caminhão	Mercedes Benz	M.BENZ/ACCELO 1016	2013/2013	Diesel	9	Sim (2023)	9BM979076DS012982	00588417912	Cor branca, 3 passageiros, 156 cv, guincho prancha móvel op. 2,40mX6,00m Valor: 100% FIPE (caminhão) + R\$ 48.266,60 (prancha móvel)

107.	Delegacia em Santa Maria	Caminhão	Mercedes Benz	M.BENZ/ATEGO 2425	2011/2011	Diesel	10	Não	9BM958096BB799230	00343537877	Cor vermelha, 2 passageiros, 245 cv, quatro eixos, sendo dois direcionais baú de aproximadamente 42 m³ em alumínio Valor: 100% FIPE (caminhão) + R\$ 8.000,00 (baú) Dimensões baú: 8,5m Comp./ 2,5m Larg./ 2,3m Altura 48,875m3
108.	Delegacia em Santa Maria	Caminhonete	Fiat	Toro Volcano AT	2016/2017	Diesel	10	Não	988226175HKA65661	01088660549	Cor prata, 5 passageiros
109.	Delegacia em Santa Maria	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton Sport HPE S	2018/2019	Diesel	10	Não	93XTYKL1TKCJ16261	01188930831	Cor branca, 5 passageiros
110.	Delegacia em Santa Maria	Automóvel	Nissan	Kicks SV CVT	2019/2020	Álcool/Gasolina	3	Não	94DFCAP15LB205722	01194937206	Cor prata, 5 passageiros
111.	Delegacia em Santa Maria	Utilitário	Toyota	HILUX SWSRXA4FD	2019/2019	Diesel	8	Sim (2023)	8AJBA3FS7K0266939	01190789989	Cor preta, 7 passageiros
112.	Delegacia em Santa Maria	Caminhonete	Toyota	Hilux CDSRVA4FD	2019/2020	Diesel	10	Não	8AJHA3CD1L2085924	1204174412	Cor branca, 5 passageiros
113.	Delegacia em Santa Maria	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2013/2013	Diesel	10	Não	93XJNKB8TDCD66273	00537275673	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
114.	Delegacia em Santa Maria	SUV	Jeep	Compass Longitude flex	2019/2019	Flex	1	Sim (2022)	98867512WKKJ67304	01197145220	Cor cinza, 5 passageiros
115.	Delegacia em Santa Maria	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	1	Não	9BG156FK0PC406068	01318137761	Cor azul, 5 passageiros
116.	Delegacia em Santa Maria	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	1	Não	9BG156FK0PC406074	01318140452	Cor azul, 5 passageiros
117.	Delegacia em Santa Maria	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	1	Não	9BG156FK0PC406512	01320764557	Cor azul, 5 passageiros

118.	Delegacia em Santa Maria	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	1	Não	9BG156FK0PC406285	01324017063	Cor azul, 5 passageiros
119.	Delegacia em Santa Maria	Caminhonete	Mitsubishi	L200 Triton Sport GLS A	2023/2024	Diesel	10	Não	93XSYKL1TRCP69440	01345801634	Cor azul, 5 passageiros
120.	Delegacia em Santa Maria	Caminhonete	Mitsubishi	L200 Triton Sport GLS A	2023/2024	Diesel	10	Não	93XSYKL1TRCP69238	01345802762	Cor azul, 5 passageiros
121.	Delegacia em Santa Maria	Caminhonete	Mitsubishi	L200 Triton Sport GLS A	2023/2024	Diesel	10	Não	93XSYKL1TRCP71027	01352843274	Cor azul, 5 passageiros
122.	Delegacia em Santa Maria	Caminhonete	Mitsubishi	L200 Triton Sport GLS A	2023/2024	Diesel	10	Não	93XSYKL1TRCP70986	01352846400	Cor azul, 5 passageiros
123.	Delegacia em Santa Maria	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2012/2013	Diesel	10	Não	93XJNB8TDCCD64563	00508559030	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
124.	Delegacia em Santa Maria	Automóvel	Fiat	Doblo ADV 1.8 Flex	2012/2013	Flex	10	Não	9BD119409D1102157	00504949977	Cor branca, 06 passageiros
125.	Delegacia em Santa Maria	Furgão	Citroen	Jumpy Furgo Pack 1.6	2021/2022	Diesel	1	Não	9V7VBBHXGNA800417	01270527271	Cor branca, 3 passageiros
126.	Delegacia em Santa Maria	Caminhão com baú (laterais com fechamento em lona)	Scania	P320 B 8x2	2019/2019	Diesel	1	Não	9BSP8X200K3956004	01203898883	Cor dourada, 3 passageiros, valor baú???
127.	Inspetoria em Santana do Livramento	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2012/2013	Diesel	9	Não	93XJNB8TDCC63935	00525113975	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD

128.	Inspetoria em Santana do Livramento	Caminhão com baú	Ford	Cargo 2422T 23,0PBT 8270cc 2 portas	2005/2005	Diesel	10	Não	9BFYCN9T85BB55761	00866427570	Cor branca 3 passageiros 3 eixos baú de aproximadamente 45 m³ em alumínio Valor: 100% FIPE (caminhão) + R\$ 8.000,00 (baú)
129.	Inspetoria em Santana do Livramento	Caminhão com baú	IVECO	DAYLY 7013 CC 125cv, 2 portas	2006/2006	Diesel	10	Não	93ZC6690168322876	00904401472	Cor branca, 3 passageiros baú de aproximadamente 20 m3 Valor: 100% FIPE (caminhão) + R\$ 6.000,00 (baú)
130.	Inspetoria em Santana do Livramento	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	0	Sim (2023)	9BG156FK0PC406079	01318834578	Cor azul, 5 passageiros
131.	Inspetoria em Santana do Livramento	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	1	Não	9BG156FK0PC407291	01321232591	Cor azul, 5 passageiros
132.	Inspetoria em Santana do Livramento	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	1	Não	9BG156FK0PC406971	01321272097	Cor azul, 5 passageiros
133.	Inspetoria em Santana do Livramento	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	1	Não	9BG156FK0PC417833	01335283495	Cor azul, 5 passageiros
134.	Inspetoria em Santana do Livramento	Automóvel	Toyota	Corolla GLi Upper	2018/2019	Álcool/ Gasolina	3	Não	9BRBL3HE9K0166983	01164217906	Cor branca, 5 Passageiros
135.	Inspetoria em Santana do Livramento	Automóvel	Fiat	Doblô ADV 1.8 Flex	2012/2013	Álcool/ Gasolina	10	Não	9BD119409D1102195	00505961806	Cor branca, 5 Passageiros
136.	Inspetoria em Santana do Livramento	Caminhonete	Renault	Duster 16D 4x2	2012/2013	Gasolina	10	Não	93YHSR6P5DJ523606	00503993522	Cor cinza, 5 passageiros,
137.	Inspetoria em Santana do Livramento	Caminhonete (furgão)	Fiat	FIAT/DUCATO CARGO	2015/2016	Diesel	10	Não	93W244F2RG2154435	01054970790	Cor branca, 3 passageiros, 127 cv,

138.	Alfândega em Rio Grande	Furgão	Mercedes Benz	313 CDI, Sprinterf G62Q, 129 cv	2010/2011	Diesel	10	Não	8AC903662BE042157	00476861942	Cor branca SCANNER
139.	Alfândega em Rio Grande	Automóvel	Fiat	Palio WK Adven Flex	2012/2013	Álcool/ Gasolina	7	Não	9BD373175D5024050	00504411446	Cor branca 5 passageiros
140.	Alfândega em Rio Grande	Veículo urbano de carga	Hyundai	HR HDB com baú	2013/2014	Diesel	10	Não	95PZBN7KPEB057938	1048352452	Cor branca 2 passageiros Valor: 100% FIPE + R\$ 4.835,00 do baú
141.	Alfândega em Rio Grande	Caminhonete	GM	S10 LT DD2A	2014/2015	Diesel	10	Não	9BG148EK0FC413644	01037080952	Cor BRANCA 5 passageiros
142.	Alfândega em Rio Grande	Camionete	FORD	Ranger	2021/2020	Diesel	7	Não	8AFAR23N7MJ216594	01248751555	Cor branca, air bag , 5 passageiros, ar, direção hidráulica,
143.	Alfândega em Rio Grande	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	1	Não	9BG156FK0PC405227	01318563329	Cor azul, 5 passageiros
144.	Alfândega em Rio Grande	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	1	Não	9BG156FK0PC406055	01318562993	Cor azul, 5 passageiros
145.	Alfândega em Rio Grande	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	1	Não	9BG156FK0PC405151	01318563841	Cor azul, 5 passageiros
146.	Alfândega em Rio Grande	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	0	Sim (2024)	9BG156FK0PC406041	01318564066	Cor azul, 5 passageiros
147.	Alfândega em Rio Grande	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	1	Não	9BG156FK0PC406713	01321430954	Cor azul, 5 passageiros
148.	Alfândega em Rio Grande	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	1	Não	9BG156FK0PC417908	01337501287	Cor azul, 5 passageiros
149.	Alfândega em Rio Grande	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	1	Não	9BG156FK0PC417909	01337502747	Cor azul, 5 passageiros
150.	Alfândega em Rio Grande	Caminhonete	Mitsubishi	L200 Triton Sport GLS A	2023/2024	Diesel	10	Não	93XSYKL1TRCP69325	01345850228	Cor azul, 5 passageiros
151.	Alfândega em Rio Grande	Caminhonete	Mitsubishi	L200 Triton Sport GLS A	2023/2024	Diesel	10	Não	93XSYKL1TRCP69258	01345856935	Cor azul, 5 passageiros
152.	Alfândega em Rio Grande	Caminhonete	Hyundai	Tucson GLSB	2017/2018	Álcool/ Gasolina	3	Não	95PJN81EPJB106012	01147031620	Cor prata, 5 passageiros

153.	Alfândega em Rio Grande	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota de fibra, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2013/2013	Diesel	10	Não	93XJNB8TDCD65196	00537933891	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD Valor: 100% FIPE (caminhonete) + R\$ 4.835,00 (capota de fibra)
154.	Inspetoria em Chuí jurisdicionada pela Alfândega do Porto do Rio Grande	Caminhonete /Furgão	Fiat	Fiorino 1.4 Flex	2014/2014	Álcool/ Gasolina	10	Não	9BD265122E9004376	01000205786	Cor branca 2 passageiros
155.	Inspetoria em Chuí jurisdicionada pela Alfândega do Porto do Rio Grande	Automóvel	GM	COBALT1.4 LTZ	2015/2015	Álcool / Gasolina	10	Não	9BGJC6930FB229014	01080789003	Cor BRANCA 5 passageiros
156.	Inspetoria em Chuí jurisdicionada pela Alfândega do Porto do Rio Grande	Automóvel	FORD	ECOSPORT SE 1.6	2015/2015	Álcool / Gasolina	10	Não	9BFZB55PXF8544591	01056446932	Cor BRANCA 5 passageiros
157.	Inspetoria em Chuí jurisdicionada pela Alfândega do Porto do Rio Grande	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	1	Não	9BG156FK0PC406042	01318563582	Cor azul, 5 passageiros
158.	Inspetoria em Chuí jurisdicionada pela Alfândega do Porto do Rio Grande	Caminhonete	Mitsubishi	L200 Triton Sport GLS A	2023/2024	Diesel	9	Não	93XSYKL1TRCP69464	01345851607	Cor azul, 5 passageiros

159.	Inspetoria em Chuí jurisdicionada pela Alfândega do Porto do Rio Grande	Automovel	Honda	City EXL CVT	2016/ 2016	Álcool/ Gasolina	10	Não	93HGM6690GZ207688	0109242857	Cor Cinza, 5 Passageiros
160.	Inspetoria em Chuí jurisdicionada pela Alfândega do Porto do Rio Grande	Caminhonete	Mitsubishi	L200 Triton Sport GLS A	2023/ 2024	Diesel	10	Não	93XSYKL1TRCP70967	01350663511	Cor Azul, 5 Passageiros
161.	Alfândega em Uruguiana	Automóvel	Renault	Clio Sedan Privilege 1.6 16V 110cv 4 portas	2005/ 2006	Álcool/ Gasolina	10	Não	93YLB26256J658838	00874055806	Cor prata 5 passageiros
162.	Alfândega em Uruguiana	Micro-ônibus	Renault	Master Bus16 DCI 114cv 2463cc 4 portas	2005/ 2006	Diesel	10	Não	93YCDDUH56J679019	00876570384	Cor branca 9 passageiros
163.	Alfândega em Uruguiana	Furgão	Fiat	Ducato Cargo 2.8 127cv, 4 portas	2007/ 2007	Diesel	10	Não	93W244F1372014954	0091799185	Cor branca 3 passageiros
164.	Alfândega em Uruguiana	Caminhonete	TOYOTA	Hilux / CD 4X4 SR, 4 portas	2011/ 2011	Diesel	10	Não	8AJFZ22G2B5017229	00337839387	Cor prata 5 passageiros
165.	Alfândega em Uruguiana	Mis/Utilitari/J ipe	TOYOTA	Hilux / SW4 SRV4x4, 4 portas/	2013/ 2013	Diesel	10	Não	MROYZ59G8D1129783	01127813924	Cor prata 5 passageiros
166.	Alfândega em Uruguiana	Caminhão com baú	M.Benz L 1620	L 1620, Caminhão/ baú alumínio fechado / 23,00PBT / 3P	2007/ 2007	Diesel	10	Não	98M6953047B522485	00919760503	3 EIXOS /CMT:32T Cor branca 3 passageiros baú de aproximadamente 50 m ³ Valor: 100% FIPE (caminhão) + R\$ 8.500,00 (baú)
167.	Alfândega em Uruguiana	Automóvel	FIAT	FIAT/SIENA/ EL Flex, 1.4, 4 portas	2010/ 2011	Álcool/ Gasolina	10	Não	8AP372111B6001555	00282342990	Cor preta 5 passageiros

168.	Alfândega em Uruguai	Automóvel	GM	Vectra sedan elegance 2.0 128cv 4 portas	2007/2008	Álcool/Gasolina	10	Não	9BGAB69W08B130109	00937030678	Cor prata 5 passageiros
169.	Alfândega em Uruguai	Caminhão sem baú	FORD/F35 OG	F 350 G Caminhão/carroceria aberta, 3.920 cc	2008/2008	Diesel	10	Não	9BFJF37998B056422	00970398557	4,50 PBT/3P Cor prata
170.	Alfândega em Uruguai	Automóvel	FORD	KA/SE 1.0 HA B	2017/2018	Álcool/Gasolina	10	Não	9BFZH55L3J8059097	01132076550	Cor vermelha 5 passageiros
171.	Alfândega em Uruguai	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	1	Não	9BG156FK0PC406080	01318708408	Cor azul, 5 passageiros
172.	Alfândega em Uruguai	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	1	Não	9BG156FK0PC406056	01318710224	Cor azul, 5 passageiros
173.	Alfândega em Uruguai	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	1	Não	9BG156FK0PC406091	01318712430	Cor azul, 5 passageiros
174.	Alfândega em Uruguai	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	1	Não	9BG156FK0PC406097	01318713231	Cor azul, 5 passageiros
175.	Alfândega em Uruguai	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	1	Não	9BG156FK0PC406086	01318714254	Cor azul, 5 passageiros
176.	Alfândega em Uruguai	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	1	Não	9BG156FK0PC406061	01318714971	Cor azul, 5 passageiros
177.	Alfândega em Uruguai	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	1	Não	9BG156FK0PC406085	01318715595	Cor azul, 5 passageiros
178.	Alfândega em Uruguai	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	1	Não	9BG156FK0PC406303	01321248781	Cor azul, 5 passageiros
179.	Alfândega em Uruguai	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	1	Sim (2023)	9BG156FK0PC406448	01321278265	Cor azul, 5 passageiros
180.	Alfândega em Uruguai	Automóvel	GM	Onix Joy 10MT	2019/2019	Flex	1	Não	9BGKL48U0KB238983	01193331452	Cor branca, 5 passageiros
181.	Alfândega em Uruguai	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	10	Não	9BG156FK0PC418142	01338665186	Cor azul, 5 passageiros
182.	Alfândega em Uruguai	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	10	Não	9BG156FK0PC418627	01338665526	Cor azul, 5 passageiros
183.	Alfândega em Uruguai	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	10	Não	9BG156FK0PC418088	01338665461	Cor azul, 5 passageiros
184.	Alfândega em Uruguai	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	10	Não	9BG156FK0PC418143	01338666751	Cor azul, 5 passageiros

185.	Alfândega em Uruguiana	Automóvel	Ford	FUSION, 2.294 cc, 4 portas	2007/2008	Gasolina	9	Sim (2023)	3FAHP08Z48R182465	00959978771	Cor preta 5 passageiros
186.	Alfândega em Uruguiana	Caminhonete	Mitsubishi	L200 Triton Sport GLS A	2023/2024	Diesel	10	Não	93XSYKL1TRCP71226	01352847598	Cor azul, 5 passageiros
187.	Alfândega em Uruguiana	Caminhonete	Mitsubishi	L200 Triton Sport GLS A	2023/2024	Diesel	10	Não	93XSYKL1TRCP71250	01352848500	Cor azul, 5 passageiros
188.	Alfândega em Uruguiana	Caminhonete	Mitsubishi	L200 Triton Sport GLS A	2023/2024	Diesel	10	Não	93XSYKL1TRCP71294	01352849400	Cor azul, 5 passageiros
189.	Alfândega em Uruguiana	Caminhonete	Mitsubishi	L200 Triton Sport GLS A	2023/2024	Diesel	10	Não	93XSYKL1TRCP71304	01352855027	Cor azul, 5 passageiros
190.	Alfândega em Uruguiana	Caminhonete	Mitsubishi	L200 Triton Sport GLS A	2023/2024	Diesel	10	Não	93XSYKL1TRCP71312	01352856872	Cor azul, 5 passageiros
191.	Alfândega em Uruguiana	Caminhonete	Mitsubishi	L200 Triton Sport GLS A	2023/2024	Diesel	10	Não	93XSYKL1TRCP71317	01352850190	Cor azul, 5 passageiros
192.	Alfândega em Uruguiana	Caminhão	Mercedes Benz	812D	1998/1998	Diesel	10 (transferido do veículo IMS3G13)	-	WDB670323WNO78860	07332934885	Cor branco, 3 passageiro bau de aluminio de 32m³
193.	Alfândega em Uruguiana	Automóvel	FORD	FC 1.6	2010/2011	FLEX	9 (transferido do veículo IUO5497)	-	8AFUZZFFCBJ391241	0280010621	Cor branco, 5 passageiros



MINISTÉRIO DA
FAZENDA



APÊNDICE III DO TERMO DE REFERÊNCIA

RELAÇÃO DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA 10ª REGIÃO FISCAL

UNIDADE ADMINISTRATIVA	Endereço	CEP	Cidade	Número de Telefone do Chefe do Sepol/Sapol	E-mail para Contato
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal	Av. Loureiro da Silva, nº 445, 5º andar, sala 525. Centro	90013-900	Porto Alegre - RS	(51) 3290-4243 ou 3290-4210	saconsrrf10.rs@rfb.gov.br
Delegacia da Receita Federal do Brasil em Caxias do Sul	Rua Desembargador Armando Azambuja, nº 150. Rio Branco	95010-902	Caxias do Sul- RS	(54) 3290-3513	vinicius.fraga@rfb.gov.br
Delegacia da Receita Federal do Brasil em Novo Hamburgo	Rua Júlio Aichinger, 694. Pátria Nova	93410-140	Novo Hamburgo- RS	(51) 3594-0796	luiza.correa@rfb.gov.br
Agência da Receita Federal do Brasil em Passo Fundo	Rua Paissandu, nº 753. Centro	99010-100	Passo Fundo- RS	(54) 3316-9600	vinicius.fraga@rfb.gov.br contratosdrfpfo.rs@rfb.gov.br
Delegacia da Receita Federal do Brasil em Pelotas	R. Prof. Araújo, 216. Centro	96020-360	Pelotas- RS	(53)3310-6100	joelci.cunha@rfb.gov.br drfpel.rs@rfb.gov.br
Agência da Receita Federal do Brasil em Santa Cruz do Sul	Rua Gaspar Silveira Martins, nº 1130 - Higienópolis . Centro	96825-002	Santa Cruz do Sul- RS	(51) 2106-9200	luiza.correa@rfb.gov.br
Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santa Maria	Rua Riachuelo, nº 80. Centro	97050-010	Santa Maria- RS	(55) 3304-3177	diogenes.carvalho@rfb.gov.br mauricio.beck@rfb.gov.br
Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santo Ângelo	Av. Brasil, nº 1400. Centro	98801-590	Santo Ângelo- RS	(55) 3312 0208	vinicius.fraga@rfb.gov.br mucio.junior@rfb.gov.br alexius.furst@rfb.gov.br
Alfândega da Receita Federal do Brasil em Uruguaiana	R. Cônsul Antônio Mary Ulrich, nº 1149 – 2º andar- sala 206. Centro	97501-598	Uruguaiana- RS	(55) 3412-7740	paulo-heron.inda@rfb.gov.br elis.vicosa@rfb.gov.br
Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Chuí	BR 471 – km 650.	96255-000	Chuí- RS	(53) 3265-1077 Ramal: 1025	joelci.cunha@rfb.gov.br

Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Santana do Livramento	Av. João Belchior Goulart, nº 15 – 2º andar . Centro	97574-001	Santana do Livramento- RS	(55) 3242-2685 ou 3242-5400 Ramal: 215	edgar.maciell@rfb.gov.br
Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto do Rio Grande	Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 300. Centro	96200-380	Rio Grande- RS	(53) 3234-4400 Ramal: 4420	joelci.cunha@rfb.gov.br

MINISTÉRIO DA
FAZENDA**APÊNDICE IV DO TERMO DE REFERÊNCIA****ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES****1. INFORMAÇÕES BÁSICAS**

1.1. Número do Processo: 11000.745640/2024-44

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Equipe de Planejamento da contratação justificou exaustivamente (documento nº 11 - Estudos Técnicos Preliminares) a necessidade de contratação de serviço de seguro dos veículos oficiais da 10ª Região Fiscal, as quais constam também no documento nº 13 – Termo de Referência – Seguro de Veículos, não sendo reproduzidas novamente nesse documento por não interferirem na formulação das propostas.

2.2. Por todo o acima exposto, os serviços objeto da presente contratação, são fundamentais para manutenção das condições necessárias para que a RFB desempenhe suas funções institucionais, tratando-se a presente contratação de serviço essencial e de relevante interesse público.

2.3. O dimensionamento do quantitativo de veículos foi obtido com base no levantamento de veículos pertencentes às unidades administrativas da 10ª Região Fiscal já segurados na contratação anterior e na atualização da relação de veículos cadastrada, de acordo com alterações na composição da frota.

3. ÁREA REQUISITANTE

Área Requisitante	Divisão de Programação e Logística da 10ª RF – Dipol
Responsável	André Luís Souza da Silva - Chefe da Dipol

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO**4.1. São os seguintes os requisitos necessários e suficientes à escolha da solução:**

4.1.1. Prestação de serviço de seguro para os veículos oficiais da frota desta Superintendência e de todas as unidades administrativas da 10ª Região Fiscal, nas quantidades e condições definidas no Termo de Referência.

4.1.2. A execução do objeto da contratação deverá estar em consonância com a legislação vigente em relação ao tema, especialmente às normas enumeradas na introdução desse documento.

4.1.3. O seguro deverá cobrir, no mínimo, os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina onde serão prestados os serviços, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, as quais serão detalhadas no Termo de Referência.

4.1.4. Esclarecemos que os únicos itens que compõe, atualmente, o Catálogo Eletrônico de Padronização, do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP são: água mineral natural (sem gás), café e açúcar, motivo pelo qual sua utilização se torna inviável na presente licitação.

4.1.5. Não será exigida da licitante vencedora a prestação de garantia para o cumprimento da execução, nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelos seguintes motivos:

a) No presente caso, o objeto da contratação não representa um potencial risco à Administração, como, por exemplo, ocorre na prestação de serviços continuados de mão de obra, em que é possível uma eventual responsabilização da contratante por obrigações trabalhistas da contratada; e

b) Ampliação da competição em face de não existência de custos para celebração do contrato.

4.2. Definição das produtividades adotadas

4.2.1. Não se aplica ao objeto em análise.

4.3. Critérios e práticas de sustentabilidade:

4.3.1. O **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis - GNCS/setembro/2023**, instrumento aprovado pela Câmara Nacional de Sustentabilidade e pela Consultoria-Geral da União para fomento do desenvolvimento por meio de padrões de produção e consumo sustentáveis no âmbito da Administração Pública, não apresenta, de forma específica, critérios de sustentabilidade para o objeto da presente contratação.

4.3.2. O **Plano de Logística Sustentável (PLS) do Ministério da Fazenda - 2019-2021 – 2ª edição**, é a versão mais atualizada disponível no sítio www.gov.br. O PLS foi assinado pelo Secretário-Executivo, em 2013, e é composto pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA), Escola de Administração Fazendária (ESAF), Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Secretaria de Política Econômica (SPE), Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE), Secretaria de Assuntos Internacionais (SAIN) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

4.3.3. O PLS-MF estabelece ações voltadas às práticas sustentáveis no Ministério da Fazenda, visando, principalmente:

- *congregar as ações de sustentabilidade em desenvolvimento nos diversos órgãos do Ministério da Fazenda;*
- *aprimorar os processos de compras e contratações, com vistas ao desenvolvimento de especificações pautadas por critérios de sustentabilidade socioambiental;*
- *promover a cultura da sustentabilidade e sua incorporação às atividades cotidianas desenvolvidas no serviço público.*

4.3.4. Nesse sentido, em seu item 13. TEMA 6: CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS, são apresentadas as seguintes ações:

- *Realizar levantamento das contratações com critérios de sustentabilidade*
- *Realizar capacitação para aprimorar a elaboração de Termos de Referência de modo a incluir critérios de sustentabilidade na aquisição de bens e contratações de serviços, bem como na revisão de contratos atualmente vigentes e procedimentos de fiscalização correspondentes*
- *Incluir critérios de sustentabilidade nos modelos de editais e termos de referência da COGRL Comissão PLS Contínuo (grifo nosso)*

4.3.5. Desse modo, na presente contratação, diante da especificidade dos serviços, e em observância ao disposto no art. 5º e 11, IV, da Lei n.º 14.133, de 2021, a compatibilização com o Plano de Logística Sustentável do MF se dará com a inclusão de critérios de sustentabilidade prevendo, no Instrumento de Contrato, a seguinte obrigação por parte da contratada:

- *Adotar as práticas de sustentabilidade previstas no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, no que couber.*

4.4. Duração inicial do contrato de prestação de serviços:

4.4.1. O **prazo de vigência do contrato** é de 1 (um) ano, com início na data de 18 de outubro de 2024 e encerramento em 17 de outubro de 2025, ou com início na data de sua assinatura, se esta for posterior, na forma do artigo 105 da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.4.1.1. O **seguro terá sua vigência** por 1 (um) ano, com início a partir das 24 (vinte e quatro) horas do dia 17 de outubro de 2024 e encerramento às 24 (vinte e quatro) horas do dia 17 de outubro de 2025, *ou a partir das 24 (vinte e quatro) horas do dia da celebração do contrato, se esta for posterior àquela*, independentemente da conclusão da emissão da apólice pela Seguradora, ocasião em que prevalecerão as condições dos veículos apuradas pela Contratada, independente ou não da realização da vistoria prévia facultativa.

4.5. Avaliação da necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas:

4.5.1. Não haverá necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas no caso específico da contratação pretendida pela Administração, uma vez que as técnicas utilizadas são de domínio comum, conhecidas da grande maioria, senão de todas as empresas do ramo e não há propriedade intelectual a proteger.

5. **LEVANTAMENTO DE MERCADO**

5.1. Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração, porém não foram identificadas mudanças a serem incorporadas.

5.2. Para a contratação de serviço de seguro, tanto as empresas como os tomadores de serviços, e em especial os

órgãos públicos, efetivam a contratação de forma semelhante à que se pretende adotar, cumprindo as respectivas exigências legais, normativas e editalícias.

5.3. Na contratação em análise não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto, que pudessem acarretar a realização audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício, em face dos serviços serem considerados comuns.

5.4. Registre-se, novamente, que a SRRF10 dispõe de veículos em quantidade suficiente para exercer suas atividades, muitas de caráter sigiloso.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. Prestação do serviço de seguro para os veículos da frota da SRRF10 e demais unidades administrativas da RFB da 10ª Região Fiscal. Não haverá utilização de mão de obra com dedicação exclusiva, uma vez que a prestação do serviço não necessita de disponibilização e/ou locação de mão de obra constante nos locais onde os veículos se encontram.

6.2. Os serviços objeto da contratação possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais do mercado, enquadrando-se, portanto, como serviços comuns, nos termos dos incisos XIII e XLI do art. 6º da Lei nº 14.133, de 2021. Assim, tais serviços podem ser licitados na modalidade pregão, na forma eletrônica.

6.3. O serviço será contratado com base na quantidade de veículos a ser segurada, estabelecendo-se o valor global a partir do somatório dos prêmios individualizados de cada veículo, devendo ser observadas todas as coberturas e serviços previstos na contratação.

6.4. Justificativas da escolha do tipo de solução:

6.4.1. O mercado de potenciais prestadores para os serviços de seguro de veículos para Órgãos do Poder Público é restrito às sociedades seguradoras autorizadas a operar no País, na forma da legislação vigente. Apesar disso, tem-se verificado significativa competitividade nas licitações realizadas. Isso porque, para execução do serviço a ser contratado, a solução disponível no mercado, já amplamente utilizada tanto para empresas privadas como para órgãos públicos, enquadra-se perfeitamente com as necessidades da prestação do serviço.

6.4.2. A solução de mercado que atende os requisitos especificados para a contratação está abaixo identificada:

I. No caso dos serviços em tela não se vislumbra outra solução de mercado afora a terceirização para a prestação indireta do serviço, visto que tais serviços não podem ser prestados diretamente pela RFB, pois existe toda uma legislação de regência que outorga a concessão deles para empresas especializadas, restando impedido o aproveitamento de recursos humanos da própria Administração;

II. No caso da prestação indireta do serviço, foi identificada a seguinte hipótese:

- Contratação por empreitada global, ou seja, para a totalidade dos veículos da frota para as coberturas estipuladas no Termo de Referência, com valor de franquia máxima fixado pela Administração.

- O valor global do objeto será o somatório dos valores de prêmio individualizado por veículo.

- No caso de ocorrência de sinistro, a seguradora indenizará a Administração de acordo com cada tipo de cobertura prevista, com pagamento de franquia pela Administração, caso necessário, além da cobertura adicional de assistência 24 horas, com serviços de chaveiro, reboque ou transporte do veículo e transporte de pessoas.

III. Tais exigências não limitam a participação na licitação, visto que se trata das formas usuais de contratação do serviço de seguro de veículos, para as quais o mercado está preparado.

IV. Não se visualiza outra solução, como: 1) locação de veículos com motorista; 2) locação de veículos; e 3) contratação de motoristas, em face do todo exposto no item 2 deste Estudo Preliminar.

6.4.3. Portanto, a solução que atende os interesses e necessidades da Administração é a contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviço de seguro total para 193 (cento e noventa e três) veículos oficiais pertencentes à frota da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal – SRRF10 e das unidades administrativas da Secretaria da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal, no Estado do Rio Grande do Sul, com vigência inicial de 1 (um) ano, a partir das 24 horas do dia 17/10/2024 ou das 24 horas do dia da celebração do contrato, se esta for posterior.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

7.1. Definição e documentação do método para a estimativa das quantidades a serem contratadas

I. A definição das quantidades a serem contratados foi obtida através do levantamento dos veículos pertencentes às unidades administrativas da 10ª Região Fiscal, que necessitam de seguro. O resultado desse

levantamento de veículos é a relação constante no documento nº 7 do presente processo.

II. Utilização das informações das contratações anteriores:

a) Para a contratação em análise, foram utilizadas as informações das contratações anteriores, no que se refere à forma de contratação, por empreitada global (para a totalidade dos veículos), além das informações referentes às ocorrências de sinistros e acionamentos de assistência técnica e guincho e à pontuação de bônus vinculada aos veículos segurados nas contratações anteriores.

8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. Preço de referência para a contratação: R\$ 393.488,40 (trezentos e noventa e três mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos)

I. O preço de referência foi definido e documentado com base em pesquisa de preços realizada nos termos da IN Seges/ME nº 65, de 2021, conforme documentação contida neste processo (documentos nº 5 a 9).

II. A consolidação da pesquisa de preços e a metodologia para obtenção do preço de referência constam no documento nº 10 e resultou no seguinte valor estimado:

DESCRIÇÃO	PREÇO estimado global (R\$)	OBSERVAÇÕES
Serviço de seguro total para 193 (cento e noventa e três) veículos oficiais pertencentes à frota da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal – SRRF10 e das unidades administrativas da Secretaria da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal, no Estado do Rio Grande do Sul.	393.488,40	Média de R\$ 2.038,80 por veículo

9. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1. A contratação dos serviços em item único, sem parcelamento do seu objeto, é a que melhor atende os interesses e necessidades da Administração pelos motivos a seguir:

I. Para a licitação em análise, cujo objeto é único, ou seja, seguro de veículos, com as mesmas especificações e exigências para todos os veículos (franquia, danos materiais, danos pessoais e APP), sendo que qualquer empresa seguradora de veículos está apta a participar da licitação se o critério de julgamento for pelo menor preço global;

II. A reunião de todos os veículos em um só item certamente ocasionará uma economia de escala, na medida em que, quanto maior o número de veículos, maior será o interesse das licitantes em sagrar-se vencedora da licitação;

III. Não haverá a necessidade de gerir mais de um contrato, havendo economia:

a) Nos procedimentos da fiscalização de contratos, pois os controles serão exercidos somente sobre uma empresa;

b) Imagine-se uma unidade da RFB com 10 veículos e 5 seguradoras diferentes, e o quão conturbado seria gerir tais contratos em caso de sinistros;

c) De recursos humanos, visto que tanto a equipe que processará a licitação, como a assessoria jurídica e a equipe de fiscalização, concentrarão suas ações em um único procedimento de contratação.

IV. Logo, o objeto que se pretende licitar não deve ser parcelado pois:

a) A licitação com critério de julgamento e adjudicação pelo menor preço global, para o caso em questão, é o que amplia a competição e proporciona a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, pois vai ao encontro da economia de escala, sendo, para o presente caso, a opção que melhor atende o interesse público, prestigiando os princípios da competitividade, eficiência, razoabilidade e economicidade, sem ofender o princípio da isonomia e da legalidade.

b) A licitação para contratação do objeto desejado com julgamento por item individualmente considerado, para todos os itens da licitação, causaria, além da perda de economia de escala, também custo excessivo para licitar e acompanhar a execução contratual, não sendo, para o presente caso, a opção que melhor

atende o interesse público.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1. No caso em tela não haverá contratações correlatas e/ou interdependentes, ou seja, os serviços em comento serão contratados de forma independente.

11. PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PCA E ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO

11.1. O objeto do presente estudo (seguro de veículos para a frota da RFB da 10ª Região Fiscal no período 2024-2025) está alinhado com o planejamento da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal – SRRF10, conforme previsto no Id do item no PCA: 4 – CLASSE/GRUPO: 711 - SERVIÇOS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA, EXCETO SERVIÇO BANCÁRIO DE INVESTIMENTO, SERVIÇOS DE SEGUROS E DE PENSÕES da SRRF10 – UASG 170177.

11.2. A presente contratação também está alinhada aos objetivos previstos no Planejamento Estratégico da RFB, nos seguintes aspectos:

FACILITAÇÃO E SEGURANÇA NO COMÉRCIO EXTERIOR

ATUAR PARA REDUÇÃO DOS ILÍCITOS TRIBUTÁRIOS E ADUANEIROS

FORTALECER A ATUAÇÃO DA RFB

GERENCIAR RISCOS DE FORMA INTEGRADA E EFETIVA

12. RESULTADOS PRETENDIDOS

12.1. Estes serviços não podem ser prestados diretamente pela RFB, pois existe toda uma legislação de regência que outorga a concessão desse tipo de objeto para empresas especializadas.

12.2. A realização de um único procedimento licitatório, abrangendo esta Superintendência e todas as unidades administrativas da 10ª Região Fiscal ocupará a equipe de servidores da Equipe Regional de Licitações da 10ª RF por um único período de tempo.

12.3. A realização deste procedimento unificado se justifica pelo ganho com o gerenciamento centralizado e implica vantagens para a Administração, pois haverá ganho de escala tanto na realização da licitação como na contratação, uma vez que, com um volume maior de serviços, é possível para a Administração obter uma proposta mais vantajosa no que diz respeito ao custo da contratação.

12.4. No que pertine ao desenvolvimento nacional sustentável, como já relatado anteriormente, o serviço de seguros constitui-se em um mercado altamente regulamentado, possuindo um órgão responsável, a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, que o controla e fiscaliza. Nesse sentido, a própria legislação que trata sobre seguros privados regula a referida atividade econômica para alcance, dentre outros objetivos, do desenvolvimento nacional sustentável, na medida em que, exemplificativamente, promove o aperfeiçoamento do sistema nacional de seguros privados e zela pela defesa dos interesses dos consumidores.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

13.1. Para a contratação pretendida não haverá necessidade de:

a) adequação do ambiente físico da SRRF10, uma vez que não haverá prestação de serviço nas dependências da contratada;

b) capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual, uma vez que a Administração já possui experiência com relação a esse objeto, tendo em vista que vem realizando licitações para o objeto (seguro anual de veículos) e celebrando e fiscalizando as contratações delas advindas há 15 (quinze) anos.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1. Não se vislumbra para o presente objeto impactos ambientais relevantes ou extraordinários, fora do comumente esperado das atividades econômicas ordinárias de prestação de serviços, que necessitem, portanto, de medidas de tratamento especiais por parte da Administração, ou estipuladas pela Administração para cumprimento da futura contratada, além daquelas usualmente exigidas nos editais de licitação, conforme modelos editalícios aprovados pela PRFN4ª.

15. ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE

15.1 Com base no exposto acima, especialmente no que tange à solução de mercado escolhida, esta Equipe de Planejamento considera que a contratação é viável, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses da Administração.

15.2 Justificativa da Viabilidade e Adequação

A viabilidade e adequação da presente contratação justificam-se, uma vez que a solução apontada atende plenamente às necessidades da Administração e está perfeitamente adequada ao mercado, visto que as condições e exigências previstas para o objeto não restringem a participação na licitação.

Além disso, a contratação está alinhada aos objetivos contidos no planejamento estratégico da RFB, e também está prevista no Plano de Contratações Anual da SRRF10.

A contratação prevista, uma vez autorizada, deverá possuir adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

16. CONSIDERAÇÕES FINAIS

16.1 Não há necessidade de classificar estes Estudos Preliminares como sigilosos, nos termos da Lei nº 12. 527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação).



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado ao processo em 30/09/2024 16:15:36 por Andre Luis Souza da Silva.

Documento assinado digitalmente em 30/09/2024 16:15:36 por ANDRE LUIS SOUZA DA SILVA.

Esta cópia / impressão foi realizada por ALINE PEREIRA DENARDIN MARIOTTI em 30/09/2024.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

EP30.0924.16436.9RF0

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
6B34A687787639BEFCFF343B49D8AC6CB2607FB6BDA80889017BFC763D38DAA7